

ANEXO II

#	Empresa	Item dos documentos de licitação	Etapa do processo	Esclarecimento solicitado	Resposta
1	Caixa	Minuta do Edital / Item 5.3, V	Consulta pública	Considerando que a CAIXA não elaborou os estudos da Desestatização da LOTEX, mas apenas contribuiu com informações e subsídios para que o BNDES, por intermédio dos Assessores, elaborasse tais estudos, questionamos: a vedação do item em referência afeta a eventual participação do Conglomerado CAIXA no certame?	Não, o dispositivo em questão não veda a participação do conglomerado CAIXA no certame.
2	Caixa	Minuta do Edital / Item 1.3	Consulta pública	Qual o fundamento e critério para a definição do valor estimado do contrato, pois a referência ora fixada majora os custos de operação.	Nos termos da cláusula 4.4, do Contrato, o valor lá indicado corresponde à estimativa do valor nominal da somatória da receita bruta estimada da Concessionária ao longo do Prazo da Concessão. Trata-se de critério usual para a definição de estimativa de valor de contratos de concessão.
3	Caixa	Minuta do Edital / Item 7.4, II	Consulta pública	Qual o fundamento para a não aceitação de títulos Tesouro IPCA+ (NTN B)?	Agradecemos a contribuição. Tal questão será objeto de alteração na minuta.
4	Caixa	Minuta do Edital / Anexo 5 / Documentos de Qualificação/ Tabela VII / nº 23	Consulta pública	Apresentamos contribuição no sentido de utilizar o conceito de "arrecadação" ou invés de "receita mensal bruta", haja vista as diferentes estruturas tributárias e de destinação de recursos aos beneficiários legais/sociais, influenciando na certeza do montante atestado.	Agradecemos a contribuição. Tal questão será objeto de alteração na minuta.
5	Caixa	Minuta do Edital / Anexo 5 / Documentos de Qualificação/ Tabela VII / nº 23	Consulta pública	Qual o fundamento para a exigência de R\$ 100.000.000,00 de receita mensal bruta, haja vista que a estimativa de ROB no ano 5, segundo as projeções no Cenário Base do Plano de Negócios, atingir R\$ 955,1 milhões (79,59 milhões na média mensal)?	Agradecemos a contribuição. Tal questão será objeto de alteração na minuta. O novo valor a ser definido será igualmente compatível com a operação da LOTEX, nos termos da legislação vigente.
6	Caixa	Minuta do Edital / Anexo 5 / Documentos de Qualificação/ Item 14	Consulta pública	É permitida a soma dos volumes atestados em diferente jurisdições, num mesmo país e em mesma temporalidade?	Nos termos do Edital, para atendimento dos valores exigidos nos itens 23 e 24, da Tabela VII, não será admitido o somatório de atestados.
7	Caixa	Minuta do Edital / Anexo 5 / Documentos de Qualificação/ Tabela VII / nº 24	Consulta pública	Qual o conceito de empreendimento?	Qualquer negócio que demonstre a capacidade financeira exigida no item 24 da Tabela VII do Anexo V do Edital.
8	Caixa	Minuta do Contrato / Item 4.2	Consulta pública	A atualização pelo IPCA será pro-rata?	Agradecemos a contribuição. Tal questão será objeto de alteração na minuta.
9	Caixa	Minuta do Contrato / Item 8.1 c/c 8.3.1	Consulta pública	Um dos acionistas da Concessionária, ou o Controlador de um dos acionistas da Concessionária pode prestar, em favor do Poder Concedente, a Garantia de Execução do Contrato na modalidade títulos da dívida pública federal, de sua titularidade?	O Contrato é claro ao determinar que: 8.1 A Concessionária deverá manter em favor do Poder Concedente, como garantia do fiel cumprimento das obrigações contratuais e durante todo o Prazo da Concessão, Garantia de Execução do Contrato (...). (...) 8.3 A Garantia de Execução do Contrato, a critério da Concessionária, poderá ser prestada em uma das seguintes modalidades: 8.3.1 Caução, em dinheiro ou títulos da dívida pública federal; 8.3.2 Fiança bancária, na forma do modelo que integra o Anexo 3; ou 8.3.3 Seguro-garantia, cuja apólice deve observar, no mínimo, o conteúdo do Anexo 4.
10	Caixa	Minuta do Contrato / Item 9.1.3	Consulta pública	Todas as queixas e reclamações deverão ser comunicadas, individualmente, ao Poder Concedente? Tal finalidade não seria atendida por relatórios anuais com as informações agregadas e com análise de resolubilidade?	Tal exigência decorre da regulamentação do serviço e segue os ditames da legislação de defesa do consumidor.
11	Caixa	Minuta do Contrato / Item 9.1.10	Consulta pública	Trata-se de obrigação genérica fundada em conceito jurídico indeterminado. Qual o critério objetivo que balizará a presente obrigação?	Agradecemos a contribuição. Tal questão será objeto de alteração na minuta.
12	Caixa	Minuta do Contrato / Item 9.1.16	Consulta pública	Da maneira como redigida a cláusula, qualquer assunção de dívida, mesmo as mais insignificantes, deveriam ser comunicadas. Sugerimos tal exigência apenas dívidas de alavancagem associadas à Concessão.	Agradecemos a contribuição. Tal questão será objeto de alteração na minuta.
13	Caixa	Minuta do Contrato / Item 9.4	Consulta pública	Existe total contradição entre a presente disposição e a limitação constante do item 5.2 do Anexo 1 – Caderno de Encargos.	Agradecemos a contribuição. Tal questão será objeto de alteração na minuta.
14	Caixa	Minuta do Contrato / Item 11.1.8	Consulta pública	Qual a profissão regulamentada ou atividade técnica sujeita a registro?	Agradecemos a contribuição. Tal questão não será objeto de alteração na minuta.

#	Empresa	Item dos documentos de licitação	Etapa do processo	Esclarecimento solicitado	Resposta
15	Caixa	Minuta do Contrato / Item 13.3.1	Consulta pública	O repasse trimestral não será coincidente com a trimestralidade do ano civil, haja vista que terá como data-base a Data da Eficácia? Ou será considerada apenas o mesmo dia (DD) da Data de Eficácia?	Será considerado, a cada trimestre, o mesmo dia (DD) da Data de Eficácia.
16	Caixa	Minuta do Contrato / Item 15.2.7	Consulta pública	Qual o conceito de tecnologia empregada na Concessão? A proibição superveniente de utilização de um determinado tipo de tinta ou papel amoldar-se-ia ao presente risco?	Qualquer tipo de tecnologia empregada na operação da LOTEX.
17	Caixa	Minuta do Contrato / Item 15.2.8	Consulta pública	Esta disposição editalícia estaria a estabelecer exceção ao disposto no artigo 6º da Lei de Introdução às normas do Direito Civil Brasileiro (LINDB) a qual estabelece que "a lei em vigor terá efeito imediato e geral, respeitados o ato jurídico perfeito, o direito adquirido e a coisa julgada?". Isto é, o Edital admite que a nova lei incidiria sobre o contrato firmado anteriormente (ato jurídico perfeito) e atribui ao Poder concedente a responsabilidade pelas consequências da nova lei? Em caso de resposta positiva à arguição anterior: Como seria efetivada a responsabilidade do Poder Concedente? Por meio de novação contratual que buscasse o reequilíbrio contratual? Neste caso, seria considerado o impacto da alteração legal na redução da premiação (ou do percentual reservado à operação) e a consequente implicação no volume de apostas e resultados e, finalmente, no Plano de Negócios da concessionária?	Tal regra segue a lógica do artigo 10, da Lei Federal n.º 8.987/95, e, consequentemente, da cláusula 16, do Contrato. Portanto, não há transgressão à LICC, pois em caso de desequilíbrio, haverá a respectiva recomposição contratual. Os procedimentos de reequilíbrio encontram-se previstos no Contrato, na Cláusula 17.
18	Caixa	Minuta do Contrato / Item 15.2.9	Consulta pública	Esta disposição editalícia estaria a estabelecer exceção ao disposto no artigo 6º da Lei de Introdução às normas do Direito Civil Brasileiro (LINDB) a qual estabelece que "a lei em vigor terá efeito imediato e geral, respeitados o ato jurídico perfeito, o direito adquirido e a coisa julgada?". Isto é, o Edital admite que a nova lei incidiria sobre o contrato firmado anteriormente (ato jurídico perfeito) e atribui ao Poder concedente a responsabilidade pelas consequências da nova lei? Em caso de resposta positiva à arguição anterior: Como seria efetivada a responsabilidade do Poder Concedente? Por meio de novação contratual que buscasse o reequilíbrio contratual? Neste caso, seria considerado o impacto da alteração legal na redução da premiação (ou do percentual reservado à operação) e a consequente implicação no volume de apostas e resultados e, finalmente, no Plano de Negócios da concessionária?	Tal regra segue a lógica do artigo 10, da Lei Federal n.º 8.987/95, e, consequentemente, da cláusula 16, do Contrato. Portanto, não há transgressão à LICC, pois em caso de desequilíbrio, haverá a respectiva recomposição contratual. Os procedimentos de reequilíbrio encontram-se previstos no Contrato, na Cláusula 17.
19	Caixa	Minuta do Contrato / Item 18.4	Consulta pública	Uma vez que, conforme descrito na minuta de decreto que regulamenta o produto, somente a premiação e o percentual destinado ao custeio do operador poderão variar, como seriam apropriadas as receitas extraordinárias no plano de premiação? Pois, uma vez que aumenta o percentual destinado a prêmios, não deveria necessariamente diminuir a receita do operador?	A minuta do contrato é clara ao estabelecer, no item 18.4, que: relativamente ao lucro advindo de Receita Extraordinária, (i) 10% (dez por cento) será incorporado ao plano de premiação do Apostador, (ii) 60% (sessenta por cento) constituirá receita adicional da Concessionária e (iii) 30% (trinta por cento) será revertido ao Poder Concedente.
20	Caixa	Minuta do Contrato / Item 19.3 - Infração: Praticar crime de lavagem de dinheiro e/ou de contribuição à corrupção, conforme previsto na Lei nº 9.613, de 03 de Março de 1998	Consulta pública	Sugerimos consignar que a presente penalidade somente será aplicável após o trânsito em julgado da ação judicial. Quem é o autor do crime? Até qual nível hierárquico da Concessionária?	Agradecemos a contribuição. Tal questão não será objeto de alteração na minuta.
21	Caixa	Minuta do Contrato / Item 19.3 – Infração: Realizar operações atípicas visando à obtenção indevida de Preço, ou como artifício para a obtenção de recursos virtuais/fictícios para a prestação de contas	Consulta pública	Uma vez que o preço é definido no plano de premiação, o "artifício" descrito no item refere-se, por exemplo, que os prêmios previstos no plano não estariam presentes nos bilhetes?	Agradecemos a contribuição. Tal questão será objeto de alteração na minuta.

#	Empresa	Item dos documentos de licitação	Etapa do processo	Esclarecimento solicitado	Resposta
22	Caixa	Minuta do Contrato / Item 19.3 - Infração: Receber condenação em sentença transitada em julgado por sonegação de tributos ou contribuições sociais, caso não efetue os pagamentos nos prazos judiciais estipulados	Consulta pública	Sugerimos consignar que a presente penalidade somente será aplicável após o trânsito em julgado da ação judicial, como já afirmado previsto no item 29.1.7 da Minuta de Contrato. Quem pratica o crime?	Agradecemos a contribuição. Tal questão será objeto de alteração na minuta.
23	Caixa	Minuta do Contrato / Item 19.3 - Infração: Deixar de observar os Parâmetros de Desempenho previstos no Anexo 2	Consulta pública	Sugerimos ajustar a redação, substituindo "observar" por "cumprir".	Agradecemos a contribuição. Tal questão será objeto de alteração na minuta.
24	Caixa	Minuta do Contrato / Item 19.3 - Infração: Deixar de adotar práticas de governança corporativa e contábil efetivas, nos termos da legislação vigente	Consulta pública	Qual o critério objetivo que balizará a presente penalidade?	Agradecemos a contribuição. Tal questão não será objeto de alteração na minuta. Os parâmetros estão indicados na cláusula 11.4, do Contrato.
25	Caixa	Minuta do Contrato / Item 20.6	Consulta pública	Sugerimos consignar que tal faculdade será exercida apenas nos casos de encampação ou intervenção.	Agradecemos a contribuição. Tal questão não será objeto de alteração na minuta.
26	Caixa	Minuta do Contrato / Item 21.2.2	Consulta pública	Sugerimos ajustar a redação, substituindo "é" por "será de no mínimo".	Agradecemos a contribuição. Tal questão será objeto de alteração na minuta.
27	Caixa	Minuta do Contrato / Item 30.1	Consulta pública	Há uma aparente contradição dos termos utilizados no mencionado subitem do Edital, razão pela qual torna-se necessário esclarecer a natureza da medida pela qual deve ser noticiado ao Poder concedente a intenção de rescisão contratual. É que o Edital se refere à "Notificação", para em seguida determinar que seja "mediante ação judicial"; ocorre que a natureza da Notificação é extrajudicial cujo escopo é somente de noticiar uma intenção, normalmente de propositura de ação judicial. Por não se tratar de ação judicial não pode ser proposta mediante processo judicial, tal como mencionado no Edital; Assim sendo, o Edital deve espelhar qual a opção desejada Poder concedente para que o concessionário manifeste a intenção de rescindir o contrato, e ajustar o Edital para a espécie eleita: pela via judicial ou extrajudicial.	Agradecemos a contribuição. Tal questão será objeto de alteração na minuta.
28	Caixa	Minuta do Contrato / Item 31.2.3	Consulta pública	A disposição do presente item, condicionando o pagamento da indenização à fixação de prazo pelo juízo, ou trânsito em julgado de ação judicial é incompatível com o item 31.1 que veicula ato do Poder Concedente.	Agradecemos a contribuição. Tal questão será objeto de alteração na minuta.
29	Caixa	Minuta do Contrato / Item 32.1	Consulta pública	A cessão gratuita dos bens aqui elencados diverge substancialmente do contido no item 5.1, que afirma a inexistência de bens reversíveis e/ou vinculados à Concessão.	Agradecemos a contribuição. Tal questão será objeto de alteração na minuta.
30	Caixa	Minuta do Contrato / Item 33.1	Consulta pública	Qual o fundamento para exigir da Concessionária um Seguro de Responsabilidade Civil que cubra atos de responsabilidade do Poder Concedente?	Artigo 23, inciso V, da Lei Federal n.º 8.987/95.
31	Caixa	Minuta do Contrato / Anexo 1 – Caderno de Encargos - Item 5.2	Consulta pública	Qual o fundamento para a exigência de que pagamentos de prêmios em dinheiro de valor superior a R\$ 500,00 sejam realizados em agências bancárias e dos Correios, haja vista que somente é exigida a identificação do ganhador no pagamento de prêmios que superam o limite de isenção do IRPF.	Risco de fraude.

#	Empresa	Item dos documentos de licitação	Etapa do processo	Esclarecimento solicitado	Resposta
32	GLI	Lotex-EVTEVol1-Analise do Marco Jurídico. 10. 2 Instrumentos de certificação relacionados a operação da LOTEX	Consulta pública	<p>The referenced provision lists 3 types of certification but does not refer to the requirement for testing and audit to guarantee the integrity, randomness, transparency, security and accuracy that are specific to instant lottery products in its printed, electronic and online form. These requirements include and are not limited to:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Random number generator for all paper, electronic and online instant lottery • System reporting of financial and critical events for electronic and online instant lottery, • Functionality and audit testing of electronic terminals, • Chemical and security testing, testing for validation for paper scratch ticket • Base platform, player registration and authentication, geolocation, integration for online instant lottery. <p>Will these type of requirements be included via regulations issued by SEAE instead?</p>	Agradecemos a contribuição. Esta questão será objeto de alteração na minuta.
35	Junqueira Lima Adv / Audiência Pública	LOTEx: Loteria Instantânea Exclusiva, modalidade lotérica criada por meio da Lei Federal n.º 13.155, de 04 de Agosto de 2015, alterada pela Lei Federal n.º 13.262, de 22 de Março de 2016, caracterizando-se como serviço público a ser explorado no âmbito da Concessão.	Consulta pública	<p>Está clara na minuta do Edital a exclusividade na concessão do serviço, qual seja, loteria instantânea. Entretanto, ainda existe concorrência no mercado nacional, a exemplo da Loterj (Loteria do Estado de Rio de Janeiro) e a Lemg (Loteria do Estado de Minas Gerais), ambas explorando e comercializando bilhetes de loteria instantânea.</p> <p>Segundo informação no Plano de Negócio que foi divulgado pelo Governo Federal, Loterj arrecadou em 2014 R\$ 200 milhões e 40% desse valor refere-se ao faturamento loteria instantânea, ou seja aproximadamente R\$ 80 milhões.</p> <p>A Lemg, arrecadou R\$ 130 milhões em 2014, 10% do valor foi da Loteria Instantânea ou seja, R\$ 13 milhões.</p> <p>Considerando que trata-se de regiões que têm maior concentração de renda, sendo 2º e 3º estados mais ricos do país, entendemos que a atuação dessas loterias estaduais nos principais mercados é uma das ameaças ao negócio da Lotex.</p> <p>Considerando ainda que está em processo a Arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF 455) contra a decisão do encerramento da operação da Loteria de Piauí. Link relacionado: Notícia: http://stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=343664 Consulta processual: http://stf.jus.br/portal/processo/verProcessoAndamento.asp?incidente=5185803</p> <p>Pergunta-se: O Governo federal, enquanto poder concedente da Lotex tem alguma posição sobre o assunto e qual é a política para garantir exclusividade da Lotex no território nacional?</p>	A legislação aplicável à Lotex não é objeto da presente consulta pública. No entanto, esclarece-se que o risco de demanda encontra-se devidamente previsto no Contrato, tendo sido referida cláusula, inclusive, objeto de alteração.
41	Scientific Games	Questão Geral / Comentário	Consulta pública	<p>The minimum bid price of R\$916,626,231.48, paid upfront in one lump sum is problematic. The inaccessibility of reasonably priced debt coupled with the significant start-up costs and the likelihood of future competition from other forms of gaming increase the risk profile of the business to an unacceptable level. It is therefore suggested that the minimum upfront payment either be significant reduced to allow the auction to set the appropriate price or to allow for the payment of the suggested upfront fee to be paid in five equal annual installments.</p> <p>Tradução livre: O preço mínimo de outorga de R\$ 916.626.231,48, pago à vista e em uma única parcela, é problemático. A inacessibilidade a financiamento em taxas razoáveis em conjunto com significantes custos para início da operação e a probabilidade da competição futura de outras formas de jogos aumenta o perfil de risco do negócio a um nível inaceitável. Por esta razão, é sugerido que o pagamento da outorga mínima seja significativamente reduzido para permitir que o leilão estabeleça o preço apropriado ou que se permita o pagamento da outorga em cinco parcelas anuais iguais.</p>	Agradecemos a contribuição. O valor da outorga será ajustado nas minutas. Quanto à forma de pagamento, agradecemos a contribuição, mas tal questão não será objeto de alteração nas minutas.
42	Scientific Games	Questão Geral	Consulta pública	<p>What is the timeframe for the release of the ITB rules in the context of the due date for the bid?</p> <p>Tradução livre: Qual o prazo para o lançamento das regras do edital no contexto da data prevista para o leilão?</p>	De acordo com a Resolução CPPI 16/2017, de 23/08/2017, o prazo para a entrega das propostas, a partir da publicação do edital de concessão é de, no mínimo, 60 (sessenta) dias. Todas as regras do Edital, inclusive as datas de apresentação de propostas e, se o caso, de etapa de lances em viva-voz, serão levadas a conhecimento quando de sua publicação.
43	Scientific Games	Questão Geral	Consulta pública	<p>What is the timeframe for the commission to address the questions and suggestions raised by the bidders during this phase?</p> <p>Tradução livre: Qual o prazo para começar a responder as questões e sugestões levantadas pelos proponentes durante essa fase?</p>	Quando da publicação do Edital, a data para que a Comissão conclua a prestação de esclarecimentos será definida, nos termos do item 4 da tabela inserida no subitem 12.1. Não há prazo legal a esse respeito. Se a pergunta for sobre a consulta pública: não há prazo definido em lei para tanto. As respostas serão publicadas oportunamente.

#	Empresa	Item dos documentos de licitação	Etapa do processo	Esclarecimento solicitado	Resposta
44	Scientific Games	Questão Geral	Consulta pública	<p>Best practices dictate that unpaid prize inure to the benefit of the lottery operator for reinvestment into the business. The Invitation to Bid seems to contradict best practices. Please clarify whether the operator or the government will be entitled to the unpaid prizes and, if the government, please explain the rationale for this decision.</p> <p>Tradução livre: As melhores práticas determinam que os prêmios não pagos sejam revertidos para o benefício do operador da loteria para revestimento negócio. O edital de licitação parece contradizer as melhores práticas. Por favor, esclareça se o operador ou o governo terá direito aos prêmios não pagos e, se for o governo, por favor explique o racional para esta decisão.</p>	O concessionário deverá seguir os parâmetros de <i>payout</i> definidos em lei. A questão dos prêmios não pagos e/ou não reclamados será esclarecida no decreto que regulamenta a Loteria Instantânea Exclusiva – LOTEX, a ser publicado.
45	Scientific Games	Questão Geral	Consulta pública	<p>When and where will the various milestone dates, currently not listed in the contract, be provided?</p> <p>Tradução livre: Quando e onde as várias datas relevantes atualmente não listadas no contrato serão fornecidas?</p>	Quando da publicação do Edital, todas as datas estarão definidas.
46	Scientific Games	Questão Geral	Consulta pública	<p>Are free ticket wins counted as part of the 65% prize payout? This can be an effective marketing tool and it is therefore suggested that free ticket wins not be counted against the 65% payout.</p> <p>Tradução livre: Os prêmios de bilhetes gratuitos são contados como parte dos 65% destinados a premiação? Isso pode ser uma efetiva ferramenta de marketing e, portanto, sugerimos que prêmios em bilhetes gratuitos não sejam contados nos 65% de premiação.</p>	Entendemos que sim.
47	Scientific Games	Questão Geral	Consulta pública	<p>In previous Concessions the payment for the Concession was payable in installments (e.g., the recent airport concession). Please explain the rationale for making this an upfront payment as it appears to be much larger than is justified by the economics of the business. Please see Question 1.</p> <p>Tradução livre: Em concessões anteriores, o pagamento pela concessão foi feito em parcelas (por exemplo, recente concessão de aeroporto). Por favor, explique o racional de fazer neste caso um pagamento à vista já que parece ser muito maior do que é justificado pelos fundamentos do negócio. Por favor, vide questão 1.</p>	Agradecemos a contribuição. Tal questão não será objeto de alteração nas minutas.
48	Scientific Games	Contrato de Concessão (Anexo 22) 3.1	Consulta pública	<p>Please confirm that the Concessionaire may begin selling tickets as soon as it delivers the Integrity Program.</p> <p>Tradução livre: Por favor, confirme que o concessionário pode começar a vender bilhetes, tão logo entregue o Programa de Integridade.</p>	Constituem condicionantes para o início da comercialização dos Bilhetes e/ou Apostas da LOTEX (i) a elaboração, por parte da Concessionária, do Programa de Integridade, bem assim a sua aprovação pelo Poder Concedente; e, também, (ii) a contratação do seguro de responsabilidade civil, nos termos da minuta de contrato.
49	Scientific Games	Contrato de Concessão (Anexo 22) 6.1	Consulta pública	<p>Please indicate all licenses, permits, certifications and authorizations necessary for the full exercise of the activities included in the Concession and their deadline for issuance. If there is no deadline then it is recommended that a deadline be imposed for the aforementioned license, permits, certifications and authorizations and that if the deadline is not met then the applicable license, permit, certification or authorization be deemed issued.</p> <p>Tradução livre: Por favor, identifique todas as licenças, permissões, certificações e autorizações necessárias para o exercício completo das atividades incluídas na concessão e o prazo para sua emissão. Se não houver prazo, então é recomendado que um prazo seja imposto para as licenças, permissões, certificados e autorizações acima mencionados, e que se esse prazo não for cumprido, então a licença, permissão, certificação ou autorização aplicável será considerada emitida.</p>	A definição deste conjunto de documentos depende do Plano de Negócios de cada operador, pelo que não é possível fazer tais indicações.
50	Scientific Games	Contrato de Concessão (Anexo 22) 6.1.1	Consulta pública	<p>Please clarify the processes and procedures required to homologate the LOTEX Series by the Granting Power.</p> <p>Tradução livre: Por favor esclareça os processos e procedimentos exigidos para a homologação das Séries da LOTEX pelo Poder Concedente.</p>	Procedimentos e critérios a serem definidos após a assinatura do Contrato, diretamente com a Concessionária e por meio de Portaria.

#	Empresa	Item dos documentos de licitação	Etapa do processo	Esclarecimento solicitado	Resposta
51	Scientific Games	Contrato de Concessão (Anexo 22) 7.1.2	Consulta pública	<p>If the Concessionaire is a consortium, and the qualified provider of the services that owns a minimum of 15% of the consortium has all of the certifications, it is assumed that no other members of the consortium need to provide the certificates—is this correct?</p> <p>Tradução livre: Se o concessionário for um consórcio e o provedor da qualificação técnica que detiver um mínimo de 15% do consórcio tiver todos as certificações, então assume-se que nenhum outro membro do consórcio precisa apresentar estes certificados - isto está correto?</p>	Sim, correto.
52	Scientific Games	Contrato de Concessão (Anexo 22) 7.1.2	Consulta pública	<p>Are the certifications listed in this section the only certifications necessary under the terms of the Concession?</p> <p>Tradução livre: Os certificados listados nesta cláusula são os únicos certificados necessários nos termos da concessão?</p>	Especificamente em relação à comercialização de bilhetes e apostas da LOTEX, sim. No entanto, a depender do Plano de Negócios da Concessionária, outras certificações, alvarás e licenças podem vir a ser necessários para a operação, nos termos da Cláusula 6, do Contrato.
53	Scientific Games	Contrato de Concessão (Anexo 22) 7.1.2	Consulta pública	<p>Is the deadline for obtaining such certifications three (3) years from the Effective Date?</p> <p>Tradução livre: O prazo máximo para obter estes certificados é de três anos contados da Data de Eficácia?</p>	Nos termos da subcláusula 7.1.4, do Contrato, sim.
54	Scientific Games	Contrato de Concessão (Anexo 22) 8.1	Consulta pública	<p>Please explain the rationale for the Performance Bond and its amount of R\$283m. There are no performance targets in the agreement and no revenue guarantees to the government. The bond in size and form, is far in excess of what is consistent with market practices. As an example, the North Carolina Education Lottery, which does approximately \$1.6b a year in instant ticket sales, requires a bond of only \$15m. It is recommended that a Surety Bond of a much smaller size is far more appropriate. Further, while the adjustment to a performance bond that may be required is tied to IPCA, to mitigate exposure to potentially dramatic swings in such index, we suggest including a 5% cap in any adjustment to the amount.</p> <p>Tradução livre: Por favor, explique o racional da garantia de execução do contrato e do montante de R\$ 283 milhões. Não há metas de performance estabelecidas no contrato e nenhuma garantia de receita o governo. A garantia, em tamanho e forma, excede em muito o que é consistente com práticas de mercado. Por exemplo, a Loteria de Educação da Carolina do Norte, que arrecada aproximadamente US\$ 1.6 bilhão por ano em vendas de loteria instantânea, exige uma garantia de apenas US\$ 15 milhões. É recomendado que se use uma garantia de execução de um tamanho muito menor, que seria muito mais apropriada. Além disso, enquanto o ajuste da garantia da execução que é exigida é vinculada ao IPCA, para mitigar a exposição a movimentos potencialmente dramáticos deste índice, sugerimos incluir um teto de 5% para qualquer ajuste do montante.</p>	Agradecemos a contribuição. Esta questão será objeto de alteração nas minutas. A garantia continuará sendo exigida, mas o seu valor será reduzido. De qualquer forma, o valor estipulado originariamente encontra-se dentro dos parâmetros legais.
55	Scientific Games	Contrato de Concessão (Anexo 22) 9.1.3	Consulta pública	<p>The concept of "any complaints" is far too broad as it could apply to non-material complaints such as "the line at the retailer was too long" or "I don't like the color of the ticket." This concept should be revised to include only those complaints that are material to the contractual obligations of the Concessionaire.</p> <p>Tradução livre: O conceito de qualquer reclamação é excessivamente amplo já que poderia ser aplicado a qualquer reclamação não relevante, como por exemplo "a fila no revendedor está muito longa" ou "eu não gosto da cor do bilhete". Esse conceito deve ser revisado para incluir apenas reclamações que são relevantes às obrigações contratuais do concessionário.</p>	Entende-se que não há espaço para definir um rol taxativo do que seriam eventuais reclamações. Sob a ótica da legislação de defesa ao consumidor, não há tal restrição, pelo que uma cláusula neste sentido poderia ser considerada nula e ineficaz. De qualquer forma, a redação será revista.
56	Scientific Games	Contrato de Concessão (Anexo 22) 9.1.4	Consulta pública	<p>The regulatory provisions mentioned in this item can be edited at any given time and may impact the financial balance of the contract; therefore, it is appropriate that any material modification to these regulatory provisions be subject to financial rebalancing—please confirm this is your intent?</p> <p>Tradução livre: As disposições de regulação mencionadas nesta cláusula podem ser alteradas a qualquer momento e podem impactar o equilíbrio financeiro do contrato. Portanto, é apropriado que qualquer alteração material nestas disposições regulatórias seja sujeita ao reequilíbrio financeiro. Por favor, confirme que esta é a sua intenção.</p>	As hipóteses de reequilíbrio se encontram previstas na subcláusula 15.2, do Contrato.

#	Empresa	Item dos documentos de licitação	Etapa do processo	Esclarecimento solicitado	Resposta
57	Scientific Games	Contrato de Concessão (Anexo 22) 9.1.10	Consulta pública	Please clarify what is intended by the requirement that the winning Bidder adopt "standardized accounting and financial statements". Does that mean internally standard, or is there certain criteria that the Granting Power requires of the winning Bidder? Tradução livre: Por favor, esclareça qual é a intenção da exigência de que o proponente vencedor adote "demonstrações financeiras e contábeis padronizadas". Isso significa padronizadas internamente ou há um critério determinado que o Poder Concedente exige do proponente vencedor?	Os critérios de padronização são aqueles definidos pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM (formulários padronizados), nos temos da subcláusula 11.4, do Contrato.
58	Scientific Games	Contrato de Concessão (Anexo 22) 9.1.13	Consulta pública	What will be considered as "minimum structure?" Tradução livre: O que será considerado "estrutura mínima"?	Agradecemos a contribuição. As condições mínimas necessárias à prestação do serviço serão apresentadas no Edital e seguirão a legislação aplicável à defesa do consumidor.
59	Scientific Games	Contrato de Concessão (Anexo 22) 9.2	Consulta pública	In line with previous comment, please be specific as to the applicable deadlines for approval. Tradução livre: Em linha com comentários anteriores, por favor, seja específico sobre o que é o prazo aplicável de aprovação.	Procedimentos e critérios a serem definidos após a assinatura do Contrato, diretamente com a Concessionária e por meio de Portaria.
60	Scientific Games	Contrato de Concessão (Anexo 22) 9.3	Consulta pública	Please provide more detail on the concept of "collaboration with the financing entities" as this concept is overly broad. Tradução livre: Por favor, forneça mais detalhes sobre o conceito de "colaboração com entidades financeiras", uma vez que o conceito é excessivamente amplo.	Apresentação/suporte do Projeto junto a entidades financeiras para auxiliar o operador na obtenção de recursos.
61	Scientific Games	Contrato de Concessão (Anexo 22) 11.1.1	Consulta pública	It is understood that the 30 day time period will begin upon the reasonable discovery of the event—please confirm this is the correct interpretation. Tradução livre: Entende-se que o prazo de 30 dias irá começar no momento da ciência razoável do evento - por favor, confirme se essa interpretação é correta.	Agradecemos a contribuição. Esta questão será objeto de alteração na minuta. Sim, 30 dias a contar da ciência da ocorrência.
62	Scientific Games	Contrato de Concessão (Anexo 22) 11.1.3	Consulta pública	Please provide details of what is expected to be on the ticket. The size, style and form of any information on the ticket is critical to understand as it directly impacts the design and cost of the ticket. Tradução livre: Por favor, forneça detalhes sobre o que é esperado que esteja no bilhete. O tamanho, estilo e forma de qualquer informação no bilhete é algo crítico a ser entendido, já que impacta diretamente no design e custo do bilhete.	Estas informações estão inseridas no Decreto regulamentador da Lotex.
63	Scientific Games	Contrato de Concessão (Anexo 22) 11.1.4	Consulta pública	The Distribution Plan is approved annually but games and issues are approved individually. Please clearly define the time lines for any approvals and the corresponding approval criteria. Tradução livre: O Plano de Distribuição é aprovado anualmente, mas jogos e emissões são aprovadas individualmente. Por favor, esclareça os prazos para quaisquer aprovações e respectivos critérios de aprovação.	Procedimentos e critérios a serem definidos após a assinatura do Contrato, diretamente com a Concessionária e por meio de Portaria.
64	Scientific Games	Contrato de Concessão (Anexo 22) 11.1.5	Consulta pública	Please confirm our understanding that the financial statements apply to the operations of LOTEX by the Concessionaire and not, for instance, by its members or shareholders. Tradução livre: Por favor, confirme o nosso entendimento de que as demonstrações financeiras aplicam-se as operações da LOTEX pelo concessionário e não, por exemplo, aos seus membros ou acionistas.	O entendimento está correto. A fiscalização está adstrita ao Contrato e à Concessionária.

#	Empresa	Item dos documentos de licitação	Etapa do processo	Esclarecimento solicitado	Resposta
65	Scientific Games	Contrato de Concessão (Anexo 22) 11.1.7	Consulta pública	<p>Taking into consideration that there is no current legislation requiring that corporations shall publicize their balances in the Official Gazette or in a newspaper with broad circulation, since it violates the constitutional principle of legality, we ask for the exclusion of this item, keeping solely the presentation of the Annual Financial Statements.</p> <p>Tradução livre: Levando em consideração que não há legislação em vigor exigindo que empresas publiquem suas demonstrações financeiras no Diário Oficial ou jornais de grande circulação, dado que isso viola o princípio constitucional da legalidade, solicitamos a exclusão desse item, mantendo-se apenas a apresentação das demonstrações financeiras anuais.</p>	Agradecemos a contribuição. Esta questão não será objeto de alteração na minuta.
66	Scientific Games	Contrato de Concessão (Anexo 22) 11.1.7 (i)	Consulta pública	<p>The Related Parties may be publicly traded companies and therefore may have regulatory restrictions on providing information pertaining to Related Parties so it is suggested that there be a carve-out for the provision of any such restricted information.</p> <p>Tradução livre: As partes relacionadas podem ser empresa abertas e, portanto, podem haver restrições regulatórias ao fornecimento de informações relativas a essas partes relacionadas. Portanto, é sugerido que exista uma exceção ao fornecimento de qualquer informação restrita.</p>	Agradecemos a contribuição. Esta questão será objeto de alteração na minuta.
67	Scientific Games	Contrato de Concessão (Anexo 22) 11.1.7 (iv)	Consulta pública	<p>Please define what is meant by a "management report"?</p> <p>Tradução livre: Por favor, defina o que se entende por "relatório gerencial".</p>	Não faz parte das demonstrações contábeis propriamente ditas, mas a lei exige a apresentação do relatório, que deve evidenciar os principais fatos administrativos e financeiros ocorridos no período (exercício), os investimentos feitos em outras entidades, a política de distribuição de dividendos, a política de reinvestimento de lucros, etc.
68	Scientific Games	Contrato de Concessão (Anexo 22) 11.2	Consulta pública	<p>What will be the minimum standard determined by the Granting Power?</p> <p>Tradução livre: Qual será o padrão mínimo determinado pelo Poder Concedente?</p>	Agradecemos a contribuição. As condições mínimas necessárias à prestação do serviço serão apresentadas no Edital e seguirão a legislação aplicável à defesa do consumidor.
69	Scientific Games	Contrato de Concessão (Anexo 22) 11.3	Consulta pública	<p>To what specific legislation does this item refer?</p> <p>Tradução livre: A que legislação específica essa cláusula se refere?</p>	Decreto que regulamenta a Loteria Instantânea Exclusiva – LOTEX e portarias a serem publicados.
70	Scientific Games	Contrato de Concessão (Anexo 22) 11.4	Consulta pública	<p>When and where will the reference rules and booklet be made available to the Bidders?</p> <p>Tradução livre: Quando e onde as regras de referência e a cartilha serão disponibilizadas aos proponentes?</p>	Agradecemos a contribuição. Esta questão será objeto de alteração na minuta. O documento pode ser obtido eletronicamente, na internet.
71	Scientific Games	Contrato de Concessão (Anexo 22) 12.3	Consulta pública	<p>Please explain what is meant by "the favorable outcome of an appeal challenging determinations issued by SEAE being the object of a financial rebalancing."</p> <p>Tradução livre: Por favor, explique o que significa "pelo resultado favorável de uma apelação questionando determinações emitidas pela SEAE como objeto de reequilíbrio econômico financeiro".</p>	A cláusula indicada não guarda relação com a pergunta.
72	Scientific Games	Contrato de Concessão (Anexo 22) 12.4.3	Consulta pública	<p>What is the process if the Concessionaire disagrees with the complaint? Does this fall into the arbitration process?</p> <p>Tradução livre: Qual o processo se a concessionária discordar da reclamação? Isso leva ao processo de arbitragem?</p>	A não regularização das faltas ou defeitos nos prazos contratualmente previstos ou, então, assinalados pela SEAE no termo próprio, configurará infração contratual e ensejará a lavratura de auto de infração. Portanto, antes da arbitragem, há a via administrativa.
73	Scientific Games	Contrato de Concessão (Anexo 22) 12.6	Consulta pública	<p>What is the process for the Concessionaire to challenge or respond to the findings of SEAE should the Concessionaire have a good faith basis for opposing such findings?</p> <p>Tradução livre: Qual o processo para concessionária questionar ou responder as conclusões da SEAE se a concessionária tiver uma base de boa-fé para se opor a essas conclusões?</p>	A não regularização das faltas ou defeitos nos prazos contratualmente previstos ou, então, assinalados pela SEAE no termo próprio, configurará infração contratual e ensejará a lavratura de auto de infração. Portanto, a Concessionária poderá discutir a sua insatisfação na via administrativa.
74	Scientific Games	Contrato de Concessão (Anexo 22) 13.1	Consulta pública	<p>What is the concept behind the financial income integrating with the Concessionaire's revenue?</p> <p>Tradução livre: Qual é o fundamento por trás da integração do resultado financeiro à receita da concessionária?</p>	Agradecemos a contribuição. Tal questão será objeto de alteração na minuta.

#	Empresa	Item dos documentos de licitação	Etapa do processo	Esclarecimento solicitado	Resposta
75	Scientific Games	Contrato de Concessão (Anexo 22) 13.3.2	Consulta pública	Please explain how the fine referenced in this subsection will be calculated. Tradução livre: Por favor, explique como a multa referida nessa subcláusula será calculada.	A multa será calculada sobre o montante devido, sendo que os valores deverão ser atualizados pelo IPCA, pro rata die, até a data do efetivo pagamento, sob pena de término antecipado do Contrato.
76	Scientific Games	Contrato de Concessão (Anexo 22) 15.1.14	Consulta pública	This type of event is commonly included in agreements as an event of force majeure, not one for which a party can be held responsible and which are excluded under 15.2.2. Please provide an example of this type of event and the rationale for it being a liability for the Concessionaire. Tradução livre: Esse tipo de evento é normalmente previsto em contratos como evento de força maior, e não um em relação a que uma parte pode ser responsabilizada e que deve ser excluída da cláusula 15.2.2. Por favor, forneça um exemplo desse tipo de evento e qual racional para ele ser uma responsabilidade da concessionária.	Em outros contratos de concessão (que versam sobre serviço público essencial) este risco é assumido pelo concessionário até determinado limite de tempo. Se a manifestação for muito longa (15 dias ou mais, por exemplo), tal fato acaba se tornando um risco ensejador de reequilíbrio. No entanto, neste Projeto, como o risco de demanda é da Concessionária, e haja vista não se estar diante de um serviço público essencial, não faz sentido que o risco em questão enseje o reequilíbrio contratual.
77	Scientific Games	Contrato de Concessão (Anexo 22) 15.1.15	Consulta pública	This type of event is generally considered an event of force majeure, not one for which a party can be held responsible and which are excluded under 15.2.2. Tradução livre: Esse tipo de evento geralmente é considerado um evento de força maior e não um em relação a que uma parte pode ser responsabilizada e que está excluído da cláusula 15.2.2.	Neste Projeto, como o risco de demanda é da Concessionária, e haja vista não se estar diante de um serviço público essencial, não faz sentido que o risco em questão enseje o reequilíbrio contratual.
78	Scientific Games	Contrato de Concessão (Anexo 22) 15.1.19	Consulta pública	Please clarify what type of fraud for which the Concessionaire will be responsible. Please confirm that player or retailer fraud will not be the responsibility of the Concessionaire. Tradução livre: Por favor, esclareça por qual tipo de fraude o concessionário será responsável. Por favor, confirme que a fraude de um jogador ou revendedor não será responsabilidade do concessionário.	Nos termos da cláusula contratual, o risco de fraude em Bilhetes ou Apostas, e o impacto que isso causar no payout e/ou na demanda, serão inteiramente assumidos pela Concessionária. Trata-se de risco inerente à operação.
79	Scientific Games	Contrato de Concessão (Anexo 22) 15.1.20	Consulta pública	This Concession is being granted by the Federal Government. Income tax changes would have a material impact on the company and need to be treated in the same way as any other tax increase. This type of event is generally considered a change of law and an event of force majeure, not one for which a party can be held responsible and which are excluded under 15.2.2. (See also Section 15.2.3). As such, given that this would be an overt act by the government, that results in an impact to the value of the Concession, monetary compensation would be required. Tradução livre: Essa concessão está sendo promovida pelo Governo Federal. Mudanças no imposto sobre a renda teriam um impacto material sobre a companhia e precisam ser tratadas da mesma forma que qualquer outro aumento de impostos. Esse tipo de evento geralmente é considerado um evento de força maior e não um em relação a que uma parte pode ser responsabilizada e que está excluído da cláusula 15.2.2. (vide também cláusula 15.2.3). Dessa forma, dado que este seria abertamente um ato de governo, que resulta em impacto no valor da concessão, uma compensação monetária seria exigida.	Trata-se de uma previsão legal – artigo 9.º, § 3.º, Lei 8.987/95.
80	Scientific Games	Contrato de Concessão (Anexo 22) 15.1.21	Consulta pública	Force majeure events are excluded under 15.2.2, so it is unclear why they are included here in 15.1.21—please clarify the government's intent. Tradução livre: Eventos de força maior são excluídos conforme cláusula 15.2.2, então não está claro porque eles estão incluídos aqui na cláusula 15.1.21 – por favor, esclarecer a intenção do governo.	Esta cláusula está relacionada a hipóteses de caso fortuito e força maior que possam ser objeto de cobertura de seguros oferecidos à época de sua ocorrência.
81	Scientific Games	Contrato de Concessão (Anexo 22) 15.1.23	Consulta pública	1. To what extent does the E&Y business plan factor in the high likelihood that additional forms of gaming will be authorized in Brazil during the early stages of the concession? 2. What diligence has E&Y conducted into the availability and cost of debt financing in Brazil? Tradução livre: 1. Até que ponto o plano de negócios da E&Y considera a alta probabilidade de formas adicionais de jogos serem autorizados no Brasil durante os estágios iniciais da concessão? 2. Qual a diligência realizada pela E&Y conduziu sobre a disponibilidade e custo de financiamento no Brasil?	1. A estimativa de mercado leva em consideração a representatividade da modalidade de loteria instantânea com relação ao total de mercado de jogos nas operações estudadas, afim de capturar o efeito da competição com demais tipos de jogos. A competição com loterias estaduais, embora entendida como ilegal, serviu de fator de redução do mercado potencial. 2. O consórcio fez leitura de mercado para o custo de financiamento de dívida no Brasil, considerando a característica do mercado brasileiro de dívida, instrumentos existentes, e estruturas de garantia típicas. Sobre disponibilidade, entende-se que depende da disponibilidade e capacidade de crédito de cada potencial operador, mas o consórcio tem se reunido com instituições financeiras afim de reduzir assimetria de informação dos mesmos.

#	Empresa	Item dos documentos de licitação	Etapa do processo	Esclarecimento solicitado	Resposta
82	Scientific Games	Contrato de Concessão (Anexo 22) 15.2.4	Consulta pública	<p>Please provide examples of what is considered a "new modality of instant lottery." For instance, would electronic versions of instant ticket games be considered a new modality?</p> <p>Tradução livre: Por favor, forneça exemplos do que é considerado uma "nova modalidade de loteria instantânea". Por exemplo, versões eletrônicas de bilhetes instantâneos seriam considerados uma nova modalidade?</p>	Versões eletrônicas de bilhetes instantâneos estão incluídas no escopo do Contrato de Concessão.
83	Scientific Games	Contrato de Concessão (Anexo 22) 17.1	Consulta pública	<p>In the case of changes in the law that will require the financial rebalancing of the contract, the deadline set by this item of 365 days should be counted from the vacatio legis and not from its publication, as the impact will be better perceived only after the effective application of the law.</p> <p>Tradução livre: Em caso de mudanças legais que acarretem a recomposição do equilíbrio financeiro do contrato, o prazo previsto nesta cláusula de 365 dias deve ser contado da vacatio legis e não da publicação, uma vez que o impacto vai ser melhor percebido somente após a efetiva aplicação da lei.</p>	Agradecemos a contribuição. Esta questão será objeto de alteração na minuta.
84	Scientific Games	Contrato de Concessão (Anexo 22) 17.2.3	Consulta pública	<p>In case that any act by the Administration impacts the revenue of the project and claims a financial rebalancing of the contract, please confirm that the Granting Power will cover all costs related to the studies, technical reports and diligence required to complete the financial rebalancing.</p> <p>Tradução livre: Na hipótese de algum ato da Administração impactar a receita do projeto e gerar um reequilíbrio financeiro do contrato, favor confirmar que o Poder Concedente irá arcar com todos os custos relativos aos estudos, relatórios técnicos e diligência exigidas para concluir a recomposição financeira.</p>	Nos termos do Contrato, todos os custos com diligências e estudos necessários à plena instrução do pedido correrão por conta da Parte que der causa ao pedido.
85	Scientific Games	Contrato de Concessão (Anexo 22) 17.2.3	Consulta pública	<p>How will this reimbursement be made?</p> <p>Tradução livre: Como esse reembolso será feito?</p>	Agradecemos a contribuição. Esta questão será objeto de alteração na minuta.
86	Scientific Games	Contrato de Concessão (Anexo 22) 17.4 & 17.5	Consulta pública	<p>It is inconsistent for the Granting Power, who has violated the agreement, to have the right to choose the method of compensation. As an example, if the violation is the result of a tax increase in the ISS that creates a structural loss for the Concessionaire, extending the term of the agreement would be inappropriate "compensation" as it would not sufficiently benefit the Concessionaire for the corresponding economic harm. The only fair compensation in this case would be monetary, which should be included in the remedies made available to the Granting Power.</p> <p>Tradução livre: É inconsistente que o Poder Concedente, que violou o acordo, tenha o direito de escolher o método de compensação. Por exemplo, se a violação for resultado de um aumento do ISS que cria uma perda estrutural para o concessionário, prorrogar o prazo de concessão seria uma "compensação" inadequada, já que não beneficiaria suficientemente o concessionário pela perda econômica correspondente. A única compensação justa neste caso seria monetária, que deveria estar incluída entre as medidas disponíveis para o Poder Concedente.</p>	Agradecemos a contribuição. Esta questão não será objeto de alteração na minuta, constituindo discricionariedade do Poder Concedente.
87	Scientific Games	Contrato de Concessão (Anexo 22) 18	Consulta pública	<p>Please provide a few examples of Extraordinary Revenue. It is unclear what these could be and how the Concessionaire should consider these as part of its review of the Lotex opportunity. In the Road Show there was a breakdown of how this money was to be allocated to the various stakeholders. Please provide this breakdown and the rationale for why it is allocated in this manner.</p> <p>Tradução livre: Por favor, forneça alguns exemplos de Receita Extraordinária. Não está claro quais seria estas e de que forma o concessionário deveria consider-las na avaliação da oportunidade LOTEX. No road show, houve uma divisão de como estes recursos deveriam ser alocados entre os vários interessados. Favor providenciar esta alocação e o racional do porquê está alocado desta maneira.</p>	Há liberdade por parte da Concessionária em idealizar Receitas Extraordinárias. Neste passo, o Contrato determina que a proposta de exploração de Receitas Extraordinárias deverá ser apresentada pela Concessionária ao Poder Concedente, acompanhada de projeto de viabilidade jurídica, técnica e econômico-financeira, bem como da comprovação da compatibilidade da exploração comercial pretendida com as normas legais e regulamentares aplicáveis ao Contrato. Ademais, uma vez aprovada pelo Poder Concedente, a Concessionária deverá manter contabilidade específica de cada contrato gerador das Receitas Extraordinárias, com detalhamento das receitas, custos e resultados líquidos.
88	Scientific Games	Contrato de Concessão (Anexo 22) 19.3	Consulta pública	<p>Is the only insurance referred to in this table the one expressed on clause 33.1 (civil liability insurance) of the Concession Contract?</p> <p>Tradução livre: O único seguro referido nesta tabela é aquele previsto na cláusula 33.1 (seguro de responsabilidade civil) do contrato de concessão?</p>	Sim, o entendimento está correto

#	Empresa	Item dos documentos de licitação	Etapa do processo	Esclarecimento solicitado	Resposta
89	Scientific Games	Contrato de Concessão (Anexo 22) 19.3 (tabela)	Consulta pública	<p>"Carry out atypical operations. . ." The event described in this field is unclear. Please clarify what is intended here and provide examples for purposes of clarity.</p> <p>Tradução livre: "Realizar operações atípicas...". O evento descrito neste item não é claro. Por favor, esclareça qual a intenção aqui e forneça exemplos para propósitos de esclarecimento.</p>	Agradecemos a contribuição. Esta questão será objeto de alteração na minuta.
90	Scientific Games	Contrato de Concessão (Anexo 22) 19.3 (tabela)	Consulta pública	<p>"Receive a conviction in final judgment for evasion . . ." Just for clarity, please confirm this is applicable only to Brazilian taxes.</p> <p>Tradução livre: "Receber uma condenação final por evasão...". Somente por esclarecimento, favor confirmar que isso é aplicável apenas a tributos brasileiros.</p>	Condenação por evasão não apenas de tributos brasileiros, mas de atos praticados pela Concessionária.
91	Scientific Games	Contrato de Concessão (Anexo 22) 19.3 (tabela)	Consulta pública	<p>"Failure to observe Performance Parameters . . ." Please confirm that this penalty will apply only in the event such failure is material.</p> <p>Tradução livre: "Descumprimento no atendimento de Indicadores de Desempenho...". Favor confirmar que esta penalidade somente será aplicado caso o descumprimento seja material.</p>	Agradecemos a contribuição. Esta questão será objeto de alteração na minuta.
92	Scientific Games	Contrato de Concessão (Anexo 22) 19.3 (tabela)	Consulta pública	<p>"Make advertising messages in discordance with . . ." Please confirm that the word "discordance" is intended to mean "violation."</p> <p>Tradução livre: "Realizar publicidade em desacordo com...". Favor confirmar que o termo "desacordo" deve significar "violação".</p>	Sim, o entendimento está correto. Esta questão será objeto de alteração na minuta.
93	Scientific Games	Contrato de Concessão (Anexo 22) 19.3 (tabela)	Consulta pública	<p>"Failure to obtain the certifications . . ." Please confirm that this penalty will not be imposed for delays caused by the certifying organization and not caused by Concessionaire.</p> <p>Tradução livre: "Falha em obter as certificações...". Favor confirmar que esta penalidade não será imposta por atrasos causados pela organização certificadora e não pelo concessionário.</p>	Sim, o entendimento está correto. Esta questão será objeto de alteração na minuta.
94	Scientific Games	Contrato de Concessão (Anexo 22) 19.3 (tabela)	Consulta pública	<p>"Failure to adopt effective....current legislation". Please provide the details of the current legislation and what is specifically required here as this is too vague.</p> <p>Tradução livre: "Falha em adotar efetiva...legislação atual". Favor informar os detalhes da legislação atual e o que é especificamente exigido aqui, uma vez que é muito vago.</p>	Agradecemos a contribuição. Esta questão não será objeto de alteração na minuta.
95	Scientific Games	Contrato de Concessão (Anexo 22) 19.3 (tabela)	Consulta pública	<p>"Cause the caducity of the Concession". Please define clearly what is meant by the caducity of the Concession. What circumstances can be envisioned that would cause this?</p> <p>Tradução livre: "Provocar a caducidade da concessão". Favor definir claramente o que é entendido por caducidade da concessão. Quais circunstâncias podem ser imaginadas que causariam isto?</p>	<p>Nos termos do Contrato, o Poder Concedente poderá declarar a caducidade da Concessão na hipótese de inexecução total ou parcial do Contrato, observado o disposto nas normas regulamentares e legais pertinentes, e especialmente quando a Concessionária:</p> <ul style="list-style-type: none"> (i) prestar o serviço objeto deste Contrato de forma inadequada ou deficiente, tendo por base os Parâmetros de Desempenho; (ii) descumprir o prazo máximo para a obtenção das certificações de que trata este Contrato; (iii) descumprir cláusulas contratuais ou disposições legais e regulamentares concernentes à Concessão; (iv) perder as condições econômicas, técnicas ou operacionais para manter a adequada prestação do serviço concedido; (v) não cumprir as penalidades impostas por infrações, nos devidos prazos; (vi) não atender à intimação do Poder Concedente no sentido de regularizar a prestação do serviço; ou (vii) for condenada em sentença criminal transitada em julgado por sonegação de tributos, inclusive contribuições sociais.

#	Empresa	Item dos documentos de licitação	Etapa do processo	Esclarecimento solicitado	Resposta
96	Scientific Games	Contrato de Concessão (Anexo 22) 19.3 (tabela)	Consulta pública	<p>"Failure to comply with other contractual obligation not specified". This is a catch all that adds unknown risks to the project that cannot be quantified or managed against. Please list specific items here.</p> <p>Tradução livre: "Falha em cumprir com obrigação contratual não especificada". Esse item abrange tudo e adiciona riscos desconhecidos ao projeto que não podem ser quantificados ou geridos. Favor listar itens específicos aqui.</p>	Agradecemos a contribuição. Esta questão não será objeto de alteração na minuta. Entende-se que não há espaço para definir um rol taxativo.
97	Scientific Games	Contrato de Concessão (Anexo 22) 19.3 e 19.7	Consulta pública	<p>This item states that a fine will be imposed in case the company fails to comply with the other contractual obligations not specified. Since it is not appropriate to demand from the Concessionaire conduct that is not specified in the contract, we suggest its removal from the contract.</p> <p>Tradução livre: Esta cláusula prevê que uma multa será aplicada no caso da companhia descumprir obrigações contratuais não especificadas. Uma vez que não é adequado exigir da concessionária conduta que não esteja especificada no contrato, sugerimos a exclusão desta cláusula do contrato.</p>	Agradecemos a contribuição. Esta questão será objeto de alteração na minuta.
98	Scientific Games	Contrato de Concessão (Anexo 22) 19.9.1	Consulta pública	<p>Is this meant to be an upstream guarantee by the parent organizations? Given the nature of the Concession, all guarantees should be limited to the SPV.</p> <p>Tradução livre: O propósito disto é ter uma garantia corporativa das empresas controladoras? Dada a natureza da concessão, todas as garantias devem estar limitadas a SPE.</p>	Agradecemos a contribuição. Esta questão não será objeto de alteração na minuta, sob pena de a penalidade prevista ser inócua.
99	Scientific Games	Contrato de Concessão (Anexo 22) 19.9.2	Consulta pública	<p>Please confirm that this refers to three penalties for the same infraction during a 12-month period and not for three unrelated penalties.</p> <p>Tradução livre: Favor confirmar que isto se refere a três penalidades pela mesma infração ao longo de um período de 12 meses e não três penalidades não relacionadas.</p>	Sim, o entendimento está correto.
100	Scientific Games	Contrato de Concessão (Anexo 22) 19.14	Consulta pública	<p>Does appeal of the administrative proceeding result in the tolling or suspension of the payment obligation until the appeal is resolved?</p> <p>Tradução livre: O recurso no processo administrativo acarreta na postergação ou suspensão da obrigação de pagamento até o recurso ser decidido?</p>	Sim, eventual multa só é devida após decisão administrativa transitada em julgado.
101	Scientific Games	Contrato de Concessão (Anexo 22) 23.2	Consulta pública	<p>What is the operative date for the obligations in this section? It is not clear what is referred to in the phrase "from the date of its signature and issuance."</p> <p>Tradução livre: Qual a data operacional para as obrigações nesta cláusula? Não está claro a que se refere a expressão "a partir da data de assinatura e emissão".</p>	Agradecemos a contribuição. Esta questão não será objeto de alteração na minuta.
102	Scientific Games	Contrato de Concessão (Anexo 22) 23.5	Consulta pública	<p>Please explain the rationale for this prohibition? There are a lot of requirements and obligations in the contract. So long as those obligations are met, it is unclear why anything like this should be prohibited.</p> <p>Tradução livre: Favor explicar o racional para esta proibição. Há várias exigências e obrigações no contrato. Enquanto estas obrigações estiverem sendo cumpridas, não é claro o porquê de algo como isto ser proibido.</p>	Por questões de blindagem da operação. Agradecemos a contribuição. Esta questão não será objeto de alteração na minuta.
103	Scientific Games	Contrato de Concessão (Anexo 22) 25.1	Consulta pública	<p>This is too broad. The phrase "adequacy of service rendered" and "faithful compliance" are not quantitative and add risk that cannot be managed by the operator. There must be specific failures by the Concessionaire that cause intervention.</p> <p>Tradução livre: Isto é muito amplo. A expressão "adequação dos serviços prestados" e "cumprimento de boa-fé" não são quantitativas e acrescem risco que não pode ser gerido pelo operador. Deve haver descumprimentos específicos pelo concessionário para causar intervenção.</p>	Agradecemos a contribuição. Esta questão não será objeto de alteração na minuta.

#	Empresa	Item dos documentos de licitação	Etapa do processo	Esclarecimento solicitado	Resposta
104	Scientific Games	Contrato de Concessão (Anexo 22) 26.1.3	Consulta pública	<p>Please provide a definition and examples of situations or circumstances that can cause caducity.</p> <p>Tradução livre: Favor fornecer uma definição e exemplos de situações ou circunstâncias que podem causar caducidade.</p>	<p>Nos termos do Contrato, o Poder Concedente poderá declarar a caducidade da Concessão na hipótese de inexecução total ou parcial do Contrato, observado o disposto nas normas regulamentares e legais pertinentes, e especialmente quando a Concessionária:</p> <p>(i) prestar o serviço objeto deste Contrato de forma inadequada ou deficiente, tendo por base os Parâmetros de Desempenho;</p> <p>(ii) descumprir o prazo máximo para a obtenção das certificações de que trata este Contrato;</p> <p>(iii) descumprir cláusulas contratuais ou disposições legais e regulamentares concernentes à Concessão;</p> <p>(iv) perder as condições econômicas, técnicas ou operacionais para manter a adequada prestação do serviço concedido;</p> <p>(v) não cumprir as penalidades impostas por infrações, nos devidos prazos;</p> <p>(vi) não atender à intimação do Poder Concedente no sentido de regularizar a prestação do serviço; ou</p> <p>(vii) for condenada em sentença criminal transitada em julgado por sonegação de tributos, inclusive contribuições sociais.</p>
105	Scientific Games	Contrato de Concessão (Anexo 22) 26.1.5	Consulta pública	<p>Please provide examples of situations or circumstances that can cause Annulment.</p> <p>Tradução livre: Favor fornecer exemplos de situação ou circunstâncias que podem causar anulação.</p>	<p>Nos termos do Contrato, o Poder Concedente deverá declarar a nulidade, impedindo os efeitos jurídicos que ordinariamente deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos, se verificar ilegalidade em sua formalização ou no Leilão.</p> <p>Exemplo: adjudicação do objeto do Leilão para empresa que não cumpra com os requisitos do Edital.</p>
106	Scientific Games	Contrato de Concessão (Anexo 22) 28.1	Consulta pública	<p>The concept of unfettered discretion to take over the Concession is unreasonable when a large upfront payment is made. What is the specific set of criteria and the basis of authority for such an action to take place and the mechanism by which the concessionaire will be compensated in the event such assumption of the Concession is exercised for convenience?</p> <p>Tradução livre: O conceito de discricionariedade irrestrita para retomar a concessão é irrazoável quando um grande pagamento inicial é feito. Qual é o conjunto de critérios específicos e o fundamento de autoridade para que esta ação ocorra e os mecanismos pelos quais o concessionário será compensado na hipótese em que esta assunção da concessão seja exercida por conveniência?</p>	<p>Agradecemos a contribuição. Esta questão não será objeto de alteração na minuta, visto tratar-se de disposição legal (artigo 37, da Lei Federal n.º 8.987/95).</p> <p>Ainda, nos termos do Contrato:</p> <p>A indenização devida à Concessionária em caso de encampação cobrirá:</p> <p>Parcela da Outorga Fixa corrigida paga pela Concessionária de forma proporcional ao período restante entre o momento da encampação e a data de encerramento do Contrato, observada a seguinte fórmula:</p> $\text{Indenização} = [\text{Outorga Fixa} * ((\text{Data T} - \text{Data E}) / (\text{Prazo da Concessão (dias)}))] * (1 + \text{IPCA})^{((\text{Dias E}) / 365)}$ <p>Sendo:</p> <p>Data T: Data do Término da Concessão Data E: Data da Encampação IPCA: Índice de Preços ao Consumidor Amplo, da data da assinatura do contrato à data de encerramento de contrato Dias E: Dias corridos entre a data do pagamento da Outorga Fixa e a data da encampação (Data E)</p>
107	Scientific Games	Contrato de Concessão (Anexo 22) 28.4	Consulta pública	<p>Compensation should include all costs including, but not limited to: a) loss of profits, b) reimbursement of pursuit costs, c) cost of capital, etc.</p> <p>Tradução livre: Compensação deve incluir todos os custos, incluindo, mas não se limitando a: a) lucros cessantes, b) reembolso de custos de estruturação, c) custo de capital, etc.</p>	<p>Agradecemos a contribuição. Esta questão não será objeto de alteração na minuta.</p>
108	Scientific Games	Contrato de Concessão (Anexo 22) 29.1.6	Consulta pública	<p>Please provide an example of an action or inaction by the Concessionaire that would cause a notice to "regularize the rendering of services."</p> <p>Tradução livre: Favor providenciar um exemplo de ação ou omissão pelo concessionário que poderia causar a notificação para "regularizar a prestação de serviços".</p>	<p>A cláusula é clara ao determinar que:</p> <p>29.1 O Poder Concedente poderá declarar a caducidade da Concessão na hipótese de inexecução total ou parcial do Contrato, observado o disposto nas normas regulamentares e legais pertinentes, e especialmente quando a Concessionária:</p> <p>(...)</p> <p>29.1.6 não atender à intimação do Poder Concedente no sentido de regularizar a prestação do serviço;</p> <p>(...).</p> <p>Ou seja, se a Concessionária for expressamente instada a regularizar o serviço e não o fizer, pode-se invocar a regra desta cláusula.</p>

#	Empresa	Item dos documentos de licitação	Etapa do processo	Esclarecimento solicitado	Resposta
109	Scientific Games	Contrato de Concessão (Anexo 22) 29.7.2	Consulta pública	<p>Compensation should include all costs including, but not limited to; a) loss of profits, b) reimbursement of pursuit costs, c) cost of capital, etc.</p> <p>Tradução livre: Compensação deve incluir todos os custos, incluindo, mas não se limitando a: a) lucros cessantes, b) reembolso de custos de estruturação, c) custo de capital, etc.</p>	Agradecemos a contribuição. Esta questão não será objeto de alteração na minuta.
110	Scientific Games	Contrato de Concessão (Anexo 22) 30.3	Consulta pública	<p>Compensation should include all costs including, but not limited to; a) loss of profits, b) reimbursement of pursuit costs, c) cost of capital, etc. Please explain the exact procedures and processes that would need to be completed and finalized before the Concessionaire would receive payment.</p> <p>Tradução livre: Compensação deve incluir todos os custos, incluindo, mas não se limitando a: a) lucros cessantes, b) reembolso de custos de estruturação, c) custo de capital, etc. Favor explicar os procedimentos e processos exatos que precisam ser realizados e finalizados antes do concessionário receber pagamento.</p>	Agradecemos a contribuição. Esta questão não será objeto de alteração na minuta.
111	Scientific Games	Contrato de Concessão (Anexo 22) 31.2	Consulta pública	<p>Compensation should include all costs including, but not limited to; a) loss of profits, b) reimbursement of pursuit costs, c) cost of capital, etc. Please explain the exact procedures and processes that would need to be completed and finalized before the Concessionaire would receive payment.</p> <p>Tradução livre: Compensação deve incluir todos os custos, incluindo, mas não se limitando a: a) lucros cessantes, b) reembolso de custos de estruturação, c) custo de capital, etc. Favor explicar os procedimentos e processos exatos que precisam ser realizados e finalizados antes do concessionário receber pagamento.</p>	Agradecemos a contribuição. Esta questão não será objeto de alteração na minuta.
112	Scientific Games	Contrato de Concessão (Anexo 22) 32	Consulta pública	<p>For Intellectual Property, a license can be granted to the extent the IP is the property of the Concessionaire but the actual title to the IP cannot be given. As written, this provision is unacceptable. Please modify this requirement to reflect this circumstance.</p> <p>Tradução livre: Para propriedade intelectual, uma licença pode ser outorgada se a propriedade intelectual for do concessionário mas o efetivo título de propriedade não pode ser outorgado. Na forma escrita, esta cláusula é inaceitável. Favor modificar esta exigência para refletir esta circunstância.</p>	Agradecemos a contribuição. Esta questão será objeto de alteração da minuta.
113	Scientific Games	Contrato de Concessão (Anexo 22) 33.1	Consulta pública	<p>The scope of covered persons is unclear and appears to be overly broad. Please clarify who would be covered by the insurance provided by Concessionaire.</p> <p>Tradução livre: O escopo de pessoas cobertas não está claro e parece ser excessivamente amplo. Favor esclarecer quem seria coberto pelo seguro fornecido pelo concessionário.</p>	Agradecemos a contribuição. Esta questão não será objeto de alteração na minuta. O Contrato define que, durante o Prazo da Concessão, a Concessionária deverá contratar e manter em vigor, no mínimo, seguro de responsabilidade civil cobrindo a Concessionária e o Poder Concedente, bem como seus administradores, empregados, funcionários, prepostos ou delegados, pelos montantes com que possam ser responsabilizados a título de danos materiais, pessoais e morais, custas processuais e quaisquer outros encargos relacionados a danos materiais, pessoais ou morais, decorrentes das atividades abrangidas pela Concessão, inclusive, mas não se limitando, a danos involuntários pessoais, mortes, danos materiais causados a terceiros e seus veículos, incluindo o Poder Concedente.
114	Scientific Games	Contrato de Concessão (Anexo 22) 33.1	Consulta pública	<p>Can you please confirm that by a "policy," what is being looked for is evidence of coverage of \$1 million.</p> <p>Tradução livre: Poderia, por favor, confirmar que por "apólice", o que se busca é a prova da cobertura de R\$1 milhão.</p>	Não, o entendimento não está correto.
115	Scientific Games	Contrato de Concessão (Anexo 22) 33.6	Consulta pública	<p>Is there a table of probability that can be reviewed to understand the amount of insurance required and its cost? It is necessary to understand these costs so they can be factored into the value of the concession before submitting a bid.</p> <p>Tradução livre: Há uma tabela de probabilidades que possa ser analisada para entender o montante do seguro exigido e seu custo? É necessário entender estes custos, de forma que possam ser considerados no valor da concessão antes da apresentação de proposta.</p>	Agradecemos a contribuição. Esta questão será objeto de alteração na minuta.

#	Empresa	Item dos documentos de licitação	Etapa do processo	Esclarecimento solicitado	Resposta
116	Scientific Games	Contrato de Concessão (Anexo 22) 33.12.1	Consulta pública	What is meant by "the total value of its prize?" Tradução livre: O que se quer dizer com "valor total do prêmio"?	Valor total do prêmio significa o preço pago pela aquisição do seguro.
117	Scientific Games	Contrato de Concessão (Anexo 22) Anexo 1	Consulta pública	Please add a definition for the capitalized term "List of Charges." Tradução livre: Favor acrescentar uma definição para o termo em maiúsculas "Lista de Obrigações".	Agradecemos a contribuição. Uma vez que tal expressão corresponde ao Anexo 1 do Contrato, tal questão não será objeto de alteração na minuta.
118	Scientific Games	Contrato de Concessão (Anexo 22) Anexo 1, 2.4	Consulta pública	What is meant by security similar to paper money? Each country uses different security from watermarks to polymer notes. Please specify the standard you refer to in this section. Tradução livre: O que se quer dizer com segurança similar a papel moeda? Cada país usa segurança diferente de marca d'água para notas de polímero. Favor especificar a qual padrão você se refere nesta cláusula.	O plano de negócios refere-se a papéis que ofereçam alta segurança contra fraudes e demais formas de falsificação. Não há vínculos com qualquer tipo de papel específico. O operador possui total flexibilidade para definir o melhor material, desde que atenda as exigências de segurança do regulador e seja compatível com prática comum de mercado.
119	Scientific Games	Contrato de Concessão (Anexo 22) Anexo 1, 4.1.3	Consulta pública	Please provide details of what is expected to be on the ticket? The size, style and form of any information on the ticket is critical to understand as it directly impacts the design and cost of the tickets. Please specify the standard you refer to in this section. Tradução livre: Por favor, forneça detalhes sobre o que é esperado que esteja no bilhete. O tamanho, estilo e forma de qualquer informação no bilhete é algo crítico a ser entendido, já que impacta diretamente no design e custo do bilhete. Favor especificar o padrão a que se refere esta cláusula.	Agradecemos a contribuição. Tal questão será objeto de inclusão no Decreto regulamentador da Lotex.
120	Scientific Games	Contrato de Concessão (Anexo 22) Anexo 1, 4.1.7	Consulta pública	The Related Parties may be publicly traded companies and therefore may have regulatory restrictions on providing information related to Related Parties. Tradução livre: As partes relacionadas podem ser empresa abertas e, portanto, podem haver restrições regulatórias ao fornecimento de informações relativas a essas partes relacionadas.	Agradecemos a contribuição. Esta questão será objeto de alteração na minuta.
121	Scientific Games	Contrato de Concessão (Anexo 22) Anexo 1, 4.5	Consulta pública	Please provide a copy of the CVM Corporate Governance Booklet in English so that the Bidders can review and understand that risk. Tradução livre: Favor fornecer uma cópia da Cartilha de Governança Corporativa da CVM em inglês para que os proponentes possam analisar e entender este risco.	Agradecemos a contribuição. Esta questão será objeto de alteração na minuta. O documento pode ser obtido eletronicamente, na internet. A versão em inglês não será fornecida.
122	Scientific Games	Contrato de Concessão (Anexo 22) Anexo 3	Consulta pública	Please explain the rationale for the Performance Bond and its amount of R\$283m. There are no performance targets in the agreement and no revenue guarantees to the government. The bond in size and form, is far in excess of what is consistent with market practices. As an example, the North Carolina Education Lottery, which does approximately \$1.6b a year in instant tickets, requires a bond of only \$15m. It is recommended that a Surety Bond of a much smaller size is far more appropriate. Further, while the adjustment to a performance bond that may be required is tied to IPCA, to mitigate exposure to potentially dramatic swings in such index, we suggest including a 5% cap in any adjustment to the amount. Tradução livre: Por favor, explique o racional da garantia de execução do contrato e do montante de R\$ 283 milhões. Não há metas de performance estabelecidas no contrato e nenhuma garantia de receita o governo. A garantia, em tamanho e forma, excede em muito o que é consistente com práticas de mercado. Por exemplo, a Loteria de Educação da Carolina do Norte, que arrecada aproximadamente US\$ 1.6 bilhão por ano em vendas de loteria instantânea, exige uma garantia de apenas US\$ 15 milhões. É recomendado que se use uma garantia de execução de um tamanho muito menor, que seria muito mais apropriada. Além disso, enquanto o ajuste da garantia da execução que é exigida é vinculada ao IPCA, para mitigar a exposição a movimentos potencialmente dramáticos deste índice, sugerimos incluir um teto de 5% para qualquer ajuste do montante.	Agradecemos a contribuição. Esta questão será objeto de alteração nas minutas. A garantia continuará sendo exigida, mas o seu valor será reduzido. De qualquer forma, o valor estipulado originariamente encontra-se dentro dos parâmetros legais.
123	Scientific Games	Editais de Licitação Questão Geral	Consulta pública	Please advise when all of the dates that are currently bulleted in the document will be filled in. Tradução livre: Favor informar quando as datas mencionadas no document serão preenchidas.	Quando da publicação do Edital, todas as datas estarão definidas.

#	Empresa	Item dos documentos de licitação	Etapa do processo	Esclarecimento solicitado	Resposta
124	Scientific Games	Edital de Licitação Questão Geral	Consulta pública	<p>The minimum price has been set at R\$916.6m. What are the assumptions that have been made to establish this number (i.e. Capital structure, IRR, Forecast?) Based on the 5 year forecast provided in the E&Y Business Plan, it is unclear how this number is justified as the base.</p> <p>Tradução livre: O preço mínimo foi estabelecido em R\$ 916,6 milhões. Quais são as premissas que foram adotadas para estabelecer este número (p. ex., estrutura de capital, TIR, projeção?) Baseado na projeção de 5 anos fornecida pelo plano de negócios da E&Y, não está claro como este número é justificado como base.</p>	As premissas estão definidas no plano de negócios. A percepção de risco do negócio reflete-se na visão do consórcio com relação à alocação de riscos do contrato, a natureza da operação, o fato de ser um projeto greenfield, entre outros, sempre levando-se em consideração benchmarks de mercado, principalmente para estrutura de capital e custo de mercado.
125	Scientific Games	Edital de Licitação Questão Geral	Consulta pública	<p>Will the Ministry of Foreign Affairs aid the current bid? On previous similar bids, there was a limit set by embassies or consulates on consularizing documents, making it impossible to deliver the necessary documents in the timeframe set by the rules.</p> <p>Tradução livre: O Ministro de Relações Exteriores irá auxiliar a presente licitação? Em licitações similares anteriores, havia um limite estabelecido por embaixadas ou consulados para consularizar documentos, tornando impossível a entrega dos documentos necessários no prazo previsto nas regras (da licitação).</p>	Não está prevista a participação do MRE.
126	Scientific Games	Edital de Licitação 1.3	Consulta pública	<p>We have reviewed the 25 year forecast provided by E&Y. It suggests that by year 15, Lotex sales will be equivalent to New York State on a total sales basis which would rank it 7h on today's list of the world's largest instant ticket lotteries and that Lotex sales will be second only to Italy on a total sales basis in year 25, based on today's list of the world's largest instant ticket lotteries. Both the year 15 and year 25 forecasts appear to be very optimistic given the greenfield nature of the Brazilian business, the fact that both New York and Italy allow for higher prize payout levels than Brazil, and the significant disparities in per capita income between Brazil and New York/Italy. Please explain how you support such extraordinary sales performance on a per capita and total sales basis.</p> <p>Tradução livre: Analisamos a projeção de 25 anos fornecida pela E&Y. Esta sugere que no ano 15, as vendas da LOTEX serão equivalente a do estado de Nova Iorque em termos de arrecadação total o que a classificaria em 7º lugar no ranking atual de maiores loterias instantâneas do mundo e a arrecadação da LOTEX estaria apenas atrás da da Itália em termos de arrecadação total no ano 25, baseado no ranking atual de maiores loterias instantâneas do mundo. Tanto as projeções para o ano 15 quanto o ano 25 parecem ser bastante otimistas dada a natureza greenfield do negócio no Brasil, o fato de que tanto Nova Iorque como Itália permitem níveis de premiação maiores que o Brasil, e as significativas disparidades em renda per capita entre Brasil e Nova Iorque/Itália. Favor explicar como você explica tal performance extraordinária de vendas em termos per capita e totais.</p>	O consórcio levou em consideração o crescimento nominal da renda da população brasileira, seu respectivo crescimento vegetativo e o próprio tamanho de seu mercado potencial (79 milhões de usuários potenciais dentro de uma população-alvo de 144 milhões, no ano 1). As premissas de renda per capita mantêm-se constantes ao longo do período projetivo, o que de certa forma é considerado conservador.
127	Scientific Games	Edital de Licitação 5.5	Consulta pública	<p>Will the Concession Contract in Annex 22 be subject to negotiation following award, or does the unconditional acceptance deemed to exist under this section eliminate any further negotiation of its terms? The complexity of this concession and global best practices strongly argue that the Concession Contract should be subject to negotiation following award.</p> <p>Tradução livre: O contrato de concessão do Anexo 22 será objeto de negociação após a adjudicação, ou a aceitação irrestrita prevista nesta cláusula elimina qualquer future negociação sobre os termos? A complexidade da concessão e as melhores práticas globais argumentam fortemente pela negociação do contrato de concessão após a adjudicação.</p>	Não haverá negociação após a adjudicação do Leilão.

#	Empresa	Item dos documentos de licitação	Etapa do processo	Esclarecimento solicitado	Resposta
128	Scientific Games	Edital de Licitação 5.6 VIII	Consulta pública	<p>Given the very significant anticipated Upfront Fee, a Consortium should be allowed to change its members to accommodate sharing the financial responsibility connected with this tender. Will the Federal Government allow changes to Consortium members, at least for a certain period of time prior to the award and subject to notice and approval by the Federal Government? Following execution of the Contract, what is the procedure for changing the membership or proportion of a Consortium?</p> <p>Tradução livre: Dada o muito significativo ônus da outorga inicial, deve-se permitir ao consórcio trocar seus membros para acomodar a divisão da responsabilidade financeira relacionada a este leilão. O Governo Federal irá permitir tais mudanças nos membros do consórcio, ao menos por um certo período previamente à adjudicação e sujeito a notificação e aprovação pelo Governo Federal? Após a assinatura do contrato, qual o procedimento para mudança de membros ou proporção do consórcio?</p>	Agradecemos a contribuição. Esta questão não será objeto de alteração na minuta. Nos termos do Edital, não será admitida a inclusão, a substituição, a retirada ou a exclusão de consorciados até a assinatura do Contrato, tampouco a alteração na proporção de participação dos consorciados.
129	Scientific Games	Edital de Licitação 5.6 IX	Consulta pública	<p>What if the bidding entity is 100% foreign? There is a material conflict among the bid rules in English and Portuguese. Can a wholly owned Brazilian subsidiary be established in order to meet the domestic company requirement?</p> <p>Tradução livre: E se o proponent for uma entidade 100% estrangeira? Há um conflito material entre as regras da licitação em português e inglês. Pode uma subsidiária integral brasileira ser estabelecida para atender a exigência de companhia doméstica?</p>	Agradecemos a contribuição. Esta questão será objeto de alteração na minuta.
130	Scientific Games	Edital de Licitação 5.6 IX	Consulta pública	<p>Is there a minimum participation of the leader company at the consortium?</p> <p>Tradução livre: Há uma participação mínima para a companhia líder do consórcio?</p>	Não.
131	Scientific Games	Edital de Licitação 5.6 X	Consulta pública	<p>Please clarify why joint and several liability for non-winning consortium members continues until the Contract is executed.</p> <p>Tradução livre: Favor esclarecer porque a responsabilidade solidária para os consórcios não-vencedores permanece até o contrato ser executado.</p>	Na verdade, a obrigação permanece até a data de assinatura do Contrato. Isto porque pode acontecer de a adjudicatária vir a descumprir algum requisito prévio à assinatura do Contrato, e, neste caso, as demais licitantes podem ser convocadas para tanto.
132	Scientific Games	Edital de Licitação 6.3	Consulta pública	<p>What is the concept and extension of "own closing term." Please provide the bidders with a specific model for such item.</p> <p>Tradução livre: Qual o conceito e extensão de "próprio termo de encerramento". Favor fornecer aos proponentes um modelo específico para este item.</p>	Declaração simples determinando o fim do volume de documentos (Ex.: "Termo de Encerramento - Última Folha do Volume"). Dada a simplicidade do documento, não será fornecido modelo.
133	Scientific Games	Edital de Licitação 6.6 II	Consulta pública	<p>Do original copies need to be notarized and apostilled? What form of authentication is required for copies?</p> <p>Tradução livre: Cópias originais precisam ser notariadas e apostiladas? Que forma de autenticação é necessária para cópias?</p>	Nos termos do Edital, no caso de documentos em língua estrangeira, estes somente serão considerados se devidamente traduzidos ao português por tradutor público juramentado, com a confirmação de autenticidade emitida pela representação diplomática ou consular do Brasil no país de origem do documento e, devidamente registrados em Cartório de Registro de Títulos e Documentos no Brasil, observadas, contudo, as regras do Decreto n.º 8.660, de 29 de Janeiro de 2016 (que promulga a Convenção sobre a Eliminação da Exigência de Legalização de Documentos Públicos Estrangeiros).
134	Scientific Games	Edital de Licitação 7.1	Consulta pública	<p>Can the Guarantee of Proposal be issued by a foreign institution?</p> <p>Tradução livre: A garantia de proposta pode ser emitida por uma instituição estrangeira?</p>	Não. A garantia de proposta, a depender da modalidade, deve ser prestada por instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, ou, então, por instituição devidamente cadastrada na Superintendência de Seguros Privados.
135	Scientific Games	Edital de Licitação 7.3	Consulta pública	<p>We suggest to include on item III the possibility of a registered copy to prove the payment of the security.</p> <p>Tradução livre: Sugerimos incluir no item III a possibilidade de uma cópia registrada comprovar o pagamento do valor.</p>	Agradecemos a contribuição. Esta questão não será objeto de alteração na minuta.

#	Empresa	Item dos documentos de licitação	Etapa do processo	Esclarecimento solicitado	Resposta
136	Scientific Games	Edital de Licitação 7.8 II	Consulta pública	<p>If a Bidder is not successful why does the Guarantee need to remain outstanding for up to a year? An unsuccessful bidder should have their Guarantee refunded after the Auction. We recommend that this be shortened to a maximum of 6 months and if an extension is required then it is by the mutual consent of both parties.</p> <p>Tradução livre: Se o proponente não for bem-sucedido, por que a garantia precisa permanecer válida por até um ano? Um proponente derrotado deve ter sua garantia devolvida após o leilão. Recomendamos encurtar este período para um máximo de 6 meses e se uma extensão for solicitada, que seja por acordo mútuo entre as partes.</p>	Agradecemos a contribuição. Esta questão não será objeto de alteração na minuta. Pode ocorrer de, mesmo após a adjudicação do Leilão, o segundo colocado (e assim sucessivamente) ser chamado para assinar o Contrato - em razão de eventual inadimplemento do vencedor.
137	Scientific Games	Edital de Licitação 7.10	Consulta pública	<p>Please provide a more specific description of these provisions.</p> <p>Tradução livre: Favor fornecer um descrição mais detalhada destas disposições.</p>	Agradecemos a contribuição. Esta questão não será objeto de alteração na minuta.
138	Scientific Games	Edital de Licitação 7.10 III	Consulta pública	<p>The Contract cannot be entered into until after the award so how can the terms not be met during the closing process?</p> <p>Tradução livre: O contrato não pode ser celebrado até após a adjudicação, então como as condições podem não ser atingidas durante o processo de fechamento?</p>	Pode acontecer de a adjudicatária não cumprir as condições prévias de assinatura do Contrato, previstas no item 15.3, do Edital.
139	Scientific Games	Edital de Licitação 7.10 V	Consulta pública	<p>This is qualitative and as such there is no way to identify the risk associated. Please be more specific.</p> <p>Tradução livre: Isto é qualitativo e, desta forma, não há meios de identificar o risco associado. Favor ser mais específico.</p>	Agradecemos a contribuição. Esta questão será objeto de alteração na minuta.
140	Scientific Games	Edital de Licitação 8.2	Consulta pública	<p>Is an Accredited Brokerage Firm a requirement? If so, please provide a list of acceptable firms.</p> <p>Tradução livre: Uma corretora credenciada é uma exigência? Em caso positivo, favor fornecer uma lista de empresas aceitáveis.</p>	Sim, trata-se de exigência.
141	Scientific Games	Edital de Licitação 11.1.5	Consulta pública	<p>Please confirm that commercially sensitive/secret information will not be made available online.</p> <p>Tradução livre: Favor confirmar que informações sensíveis comercialmente/sigilosas não serão disponibilizadas online.</p>	Em referência à cláusula 11.1.5, da minuta de Contrato, e não ao item 11.1.5 do Edital, a SEAE terá acesso a todo conteúdo disponível na plataforma.
142	Scientific Games	Edital de Licitação 11.1.5	Consulta pública	<p>Please provide examples of the type of information that shall be made available online?</p> <p>Tradução livre: Favor fornecer exemplos de que tipo de informação deve ser disponibilizada online.</p>	As informações apresentadas devem permitir o monitoramento do desempenho comercial, financeiro e contábil das Séries da LOTEX, conforme item 11.1.5 do contrato. Por exemplo, aquelas hoje exigidas na Portaria SEAE Nº 94 DE 07/10/2014 (publicado no DOU de 08/10/2014) e Portaria SEAE Nº 537 DE 05/11/2013 (publicado no DOU de 07/11/2013).
143	Scientific Games	Edital de Licitação 11.1.5	Consulta pública	<p>This clause seems incompatible with art. 23, XIII of Law 8.987/95.</p> <p>Tradução livre: Essa cláusula parece incompatível com o art. 23, XIII da Lei 8.987/95.</p>	Agradecemos a contribuição. Esta questão não será objeto de alteração na minuta. Não há conflito, pois a cláusula contratual em questão prevê justamente uma das formas de prestação de contas da Concessionária ao Poder Concedente, indicando, inclusive, o prazo para tanto.
144	Scientific Games	Edital de Licitação 11.2	Consulta pública	<p>What is the minimum standard considered for this item?</p> <p>Tradução livre: Qual o nível mínimo considerado para este item?</p>	O padrão mínimo será definido pela SEAE em portaria e se referirá às informações e aos detalhes disponibilizados.
145	Scientific Games	Edital de Licitação 11.2 II	Consulta pública	<p>There are two subjective concepts brought on this item: formal failures and shortcomings. What is considered a formal failure? What is considered shortcomings? It is important to better clarify these two concepts.</p> <p>Tradução livre: Há dois conceitos subjetivos trazidos por esta cláusula: falhas formais e insuficiências. O que é considerado uma falha formal? O que é considerado insuficiência? É importante esclarecer estes dois conceitos.</p>	Falhas formais e insuficiências são aquelas que podem ser sanadas sem infringir a legislação pertinente, em especial o artigo 43, §3º, da Lei Federal nº 8.666/93. A Lei não define tais conceitos, cabendo tal interpretação à Comissão. Uma falha formal pode ser entendida como aquela que não altere a substância/conteúdo da Proposta.

#	Empresa	Item dos documentos de licitação	Etapa do processo	Esclarecimento solicitado	Resposta
146	Scientific Games	Edital de Licitação 11.2 IV	Consulta pública	<p>If the Granted Committee extends the deadline, it will require the Guarantee of Proposal to be extended. For the unsuccessful bidders, this could mean that not only did they lose the auction but they would have no control over getting their money back for over a year. In the interests of fairness, it is suggested that the term of the Guarantee of Proposal be limited to no more than six months of a bidder losing the auction and only extended upon the agreement of that losing bidder.</p> <p>Tradução livre: Se o Comitê de Outorga estender o prazo, exigirá que a garantia de proposta seja estendida. Para os proponentes derrotados, isso pode significar que não somente eles perderam o leilão mas não terão controle de quando terão seu dinheiro de volta por mais de um ano. Nop interesse da justiça, é sugerido que este prazo da garantia da proposta seja limitado a não mais do que seis meses de uma derrota do proponente no leilão e seja estendido apenas mediante acordo com o proponente derrotado.</p>	Agradecemos a contribuição. Esta questão não será objeto de alteração na minuta.
147	Scientific Games	Edital de Licitação 11.4	Consulta pública	<p>We suggest to change may lead to the disqualification/incapacity of the Bidder to shall lead to the disqualification/incapacity of the Bidder, since there is no such Administrative discretion in such cases.</p> <p>Tradução livre: Sugerimos alterar pode levar à desqualificação/incapacidade do proponente para deve levar à desqualificação/incapacidade do proponente, uma vez que não há discricionariedade administrative nestes casos.</p>	Agradecemos a contribuição. Esta questão não será objeto de alteração na minuta.
148	Scientific Games	Edital de Licitação 12.1	Consulta pública	<p>What is the extension of the concept public pact?</p> <p>Tradução livre: Qual a extensão do conceito de pacto público?</p>	Referência à cláusula 12.1, do Contrato (e não item 12.1, do Edital). Convênio é o instrumento celebrado entre dois órgãos da Administração Pública, ou entre a Administração Pública e entidades sem fins lucrativos, possuindo caráter associativo/colaborativo. No âmbito deste instrumento, as partes não recebem remuneração e tem como finalidade o interesse público envolvido (neste caso, a fiscalização).
149	Scientific Games	Edital de Licitação 12.1	Consulta pública	<p>Is it possible to set public pacts with NGO, corporations or is it solely limited to public entities?</p> <p>Tradução livre: É possível estabelecer pactos públicos com ONGs, empresas ou isto está limitado a entes públicos?</p>	Referência à cláusula 12.1, do Contrato (e não item 12.1, do Edital). Esta cláusula está se referindo, especificamente, a convênios entre dois órgãos da Administração Pública, ou entre a Administração Pública e entidades sem fins lucrativos.
150	Scientific Games	Edital de Licitação 12.1	Consulta pública	<p>Please describe the type of information that SEAE will have access to in its capacity as the supervising entity.</p> <p>Tradução livre: Favor descrever qual tipo de informação a SEAE terá acesso na sua capacidade de entidade reguladora.</p>	Referência à cláusula 12.1, do Contrato (e não item 12.1, do Edital). A todas aquelas informações e relatórios descritos ao longo da minuta do Contrato.
151	Scientific Games	Edital de Licitação 12.7	Consulta pública	<p>When will you release the specifics of the auction, including the minimum acceptable incremental bids?</p> <p>Tradução livre: Quando serão disponibilizados regras específicas do leilão, incluindo o valor mínimo aceitável de proposta incremental?</p>	Todas as regras do Edital, inclusive as datas de apresentação de propostas e, se o caso, de etapa de lances em viva-voz, serão levadas a conhecimento quando de sua publicação.
152	Scientific Games	Edital de Licitação 15.3	Consulta pública	<p>The current requirement is to have all documentation finalized and signed by all parties within 30 days of the publication of the confirmation act. While there is an opportunity to extend for an additional 30 days, we believe that the initial 30 days is too short to complete the process and suggest an initial period of 45 days and an extension of equal length.</p> <p>Tradução livre: A exigência atual é ter todas a documentação finalizada e assinada por todas as partes em 30 dias da publicação da homologação. Embora exista uma possibilidade de estender por 30 dias adicionais, acreditamos que os 30 dias iniciais são muito curtos para finalizar o processo e sugerimos um período inicial de 45 dias e uma extensão de igual monta.</p>	Agradecemos a contribuição. Esta questão será objeto de alteração na minuta.

#	Empresa	Item dos documentos de licitação	Etapa do processo	Esclarecimento solicitado	Resposta
153	Scientific Games	Edital de Licitação 15.3	Consulta pública	In case the contract to be awarded to a Consortium that will create a SPC, will the consoriated companies be dismissed to submit to CADE the concentration act as stated on article 90 of Law 12.529/2011? Tradução livre: No caso do contrato ser adjudicado para um consórcio que irá criar a SPE, as companhias consorciadas serão dispensadas de submeter ao CADE o ato de concentração conforme previsto no artigo 90 da Lei 12.529/11?	Em termos gerais, não será necessário submeter o Consórcio ao CADE tendo em vista o disposto no Art. 90, PU da Lei Nº 12.529, de 30 de novembro de 2011.
154	Scientific Games	Edital de Licitação 15.3 VII	Consulta pública	Please clarify where the reimbursement requirement in this subsection arises? What is the purpose of this payment? Tradução livre: Favor esclarecer da onde surge esta exigência de reembolso nesta subcláusula? Qual o propósito deste pagamento?	Em razão da atuação do BNDES como coordenador do Leilão.
155	Scientific Games	Edital de Licitação 15.5	Consulta pública	Please clarify how the Bidder can extend the time in connection with the obligations under 15.3 and 15.4. Tradução livre: Favor esclarecer como o proponente pode estender o tempo relativo às obrigações das cláusulas 15.3 e 15.4.	Nos termos do item do Edital, mediante a apresentação de motivo justificado.
156	Scientific Games	Edital de Licitação 15.13	Consulta pública	Please clarify whether the BNDES has the authority to allow the Bidder to cure any error in a Qualification Document or take such other remedial action as opposed to being subject to immediate disqualification. Given the complexity of the bid, it is suggested that the government include a reasonable period to cure any deficiencies in the Qualification Document (e.g., 15 days). Tradução livre: Favor esclarecer se o BNDES tem a autoridade para permitir um proponente sanar qualquer erro num documento de qualificação ou tomar qualquer outra medida que não a imediata desqualificação. Dada a complexibilidade do certame, é sugerido que o governo inclua um período razoável de cura para quaisquer deficiência nos Documentos de Qualificação (p. ex., 15 dias).	Define o item 11.2, alíneas II e III, do Edital: 11.2 Além das prerrogativas que decorrem implicitamente da sua função legal, a Comissão de Outorga poderá: (...) II. adotar critérios de saneamento de falhas de caráter formal e complementação de insuficiências no curso do Leilão; III. promover diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do Leilão, inclusive perante a instituição financeira de que trata o subitem 9.5, do Edital, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente nos documentos apresentados pela Proponente, observando o disposto no subitem 9.7, deste Edital; (...)
157	Scientific Games	Edital de Licitação 17.4	Consulta pública	We suggest the inclusion of a 120 deadline for the implement of the re-composition of the economic and financial balance. Tradução livre: Sugerimos a inclusão de um prazo de 120 dias para implementação da recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.	Referência à cláusula 17.4, do Contrato (e não do Edital). Determina o Contrato em sua cláusula 17.2.5: 17.2.5 Após a concordância, por correspondência encaminhada à outra Parte ou por omissão após o decurso do prazo previsto na subcláusula anterior 17.2.4, as Partes iniciarão as tratativas para a realização do procedimento de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro desta Concessão, o qual deverá ser concluído em prazo não superior a 120 (cento e vinte) dias, ressalvada a hipótese, devidamente justificada, em que seja necessária a prorrogação deste prazo.
158	Scientific Games	Edital de Licitação Anexo 5	Consulta pública	It appears that in the event that certain documents pertaining to a foreign Bidder (Sections 20 and following, and Tables XI and X) do not exist in that Bidder's jurisdiction, that a declaration can submitted in its place. Please clarify whether a declaration may also be submitted in the event certain documents related to the economic and financial qualification of a bidder required in Table V do not exist in a Bidder's jurisdiction. Tradução livre: Parece que na hipótese de certos documentos referents a um proponente estrangeiro (Cláusula 20 e seguintes, e Tabelas XI e X) não existirem na jurisdição do proponente, que uma declaração pode ser apresentada no lugar. Favor esclarecer se uma declaração pode ser também apresentada na hipótese de certos documentos relacionados a qualificação econômica-financeira exigidos na Tabela V também não existirem na jurisdição do proponente.	O Edital é claro ao determinar que, em caso de inexistência de documentos equivalentes nos respectivos países de origem aptos ao atendimento das exigências previstas neste Anexo 5, ou de documentos para as respectivas filiais brasileiras, as Proponentes estrangeiras deverão apresentar declaração assinalando tal circunstância.

#	Empresa	Item dos documentos de licitação	Etapa do processo	Esclarecimento solicitado	Resposta
159	Scientific Games	Edital de Licitação Anexo 5, 11 Tabela VII, 23	Consulta pública	<p>Please define clearly what "operation of instant lottery service" means. Our recommended definition is: An operation is one that is defined by a specific contract that, at minimum, includes the design, planning, procurement, warehousing, distribution to and from factor(y)ies and retailers of instant lottery tickets. Minimum services must include the operation of a retailer communications service and field service network of all retailer equipment.</p> <p>Tradução livre: Favor definir claramente o que "operação de serviço de loteria instantânea" significa. Nossa recomendação para definição é: Uma operação é aquela definida por um contrato específico que, no mínimo, inclui o design, planejamento, procuração, armazenamento, distribuição da e para fábrica(s) e revendedores, de bilhetes de loteria instantânea. Serviços mínimos devem incluir a operação de serviço comunicação com revendedores e serviços de rede em campo para todos os equipamentos dos revendedores.</p>	Agradecemos a contribuição. Esta questão será objeto de alteração na minuta.
160	Scientific Games	Edital de Licitação Anexo 5, 22	Consulta pública	<p>This item states "the balance sheets and income statements submitted shall be those already required by law and approved by management. These documents should be submitted in accordance with accounting principles accepted in Brazil, to make it possible to compare the information submitted by all Bidders." Since Brazil has already adopted the rules of IFRS (International Financial Reporting Standards), how will the analysis of balance sheets from countries not compliant with IFRS be evaluated?</p> <p>Tradução livre: A cláusula prevê que "os balanços e demonstrativos de resultados apresentados deverão ser aqueles já exigíveis pela legislação e aprovados pela administração. Esses documentos deverão ser apresentados de acordo com os princípios contábeis aceitos no Brasil, a fim de possibilitar a comparação das informações apresentadas por todas as Proponentes". Uma vez que o Brasil adotou as regras do IFRS (International Financial Reporting Standards), como serão avaliados os balanços de países que não adotam o IFRS?</p>	Os balanços deverão seguir os padrões de contabilidade adotados no Brasil.
161	Scientific Games	Edital de Licitação Anexo 5, 24	Consulta pública	<p>Why would a Consortium be required to show equity valued at 30% more than an individual bidder? How is the risk different?</p> <p>Tradução livre: Por que um consórcio seria demandado a apresentar um patrimônio líquido 30% maior que um proponente individual? Como o risco é diferente?</p>	Trata-se de discricionariedade prevista na Lei Federal n.º 8.666/93 - artigo 33, inciso III.
162	Scientific Games	Edital de Licitação Anexo 5, 24.1.1 e 24.2	Consulta pública	<p>It is important to stress that there is contradiction, inconerence and illegality on items 24.1.1 and 24.2 of Annex 5 of the bid rules, especially when confronted with art. 33, III of Law 8.666/93 (Bid Law), the current administrative law doctrine and the cases of law from TCU (the Brazilian equivalent to GAO), which may lead to the suspension or nullity of the bid.</p> <p>According to item 24.1.1, every consortiated company must prove net equity equal to or greater than the amount resulting from the proportion of its participation in the Consortium multiplied by R\$ 283.488.949,92, increased of 30%. Hence, this item does not admit, for the sake of financial qualification, that a single company presents alone the net equity demanded.</p> <p>However, item 24.2 sets that "it is sufficient to prove, by only one of the consortium members, the technical qualification requirements indicated in the Invitation to Bid". Hence, it is clear that for technical qualification purposes, the bid rules authorize that a single company presents the necessary qualifications, since this company holds at least 15% of participation in the consortium.</p> <p>Several different TCU current cases of law states clearly that the rule is to not restrict the participation and competitiveness of consortiums by disqualifying it in case one of the companies could be able to execute the scope of the contract.</p> <p>An excerpt of the mentioned case of law is very clear asserting what has just been stated: "the rule, for financial qualification purposes, is to allow the sum of the net equity of each consortiated on the proportion of its participation. The law does not require the nets to be summed but simply admits it. When the sum is admissible? The answer is when at least one of the consortiated is not able to present the minimum amounts set by the bid rules. And if one of the consortiated, a single one, is compliant to the terms of the bid rules, the consortium shall be accepted."</p> <p>Hence the bid rules, by not properly authorizing the consortium to have at least a single company financially fit to attend the bid is against the current interpretation of administrative law in Brazil</p>	Agradecemos a contribuição. Esta questão será objeto de alteração na minuta.

#	Empresa	Item dos documentos de licitação	Etapa do processo	Esclarecimento solicitado	Resposta
				<p>We suggest to alter the current wording of item 24.1.1 (Annex 5) to determine: "it is enough the qualification of a single company within a consortium related to the economical and technical qualification required by this set of rules"."</p> <p>Tradução livre: Trecho inicial Por esta razão, as regras do leilão, ao não autorizar que o consórcio tenha uma empresa financeiramente capaz de atender o leilão é contrário à interpretação corrente da lei administrativa no Brasil. Sugerimos alterar a redação atual do item 24.1.1 (Anexo 5) para prescrever: "é suficiente a qualificação de uma única companhia dentro do consórcio relativa a qualificação técnica e econômica exigidas por este conjunto de regras"</p>	
163	Scientific Games	Edital de Licitação Anexo 14	Consulta pública	<p>Please provide this as a PDF file as the link in this document does not work.</p> <p>Tradução livre: Favor fornecer o document em PDF já que o link neste documento não está funcionando.</p>	Anexo será disponibilizado quando da publicação definitiva do Edital.
164	Scientific Games	Edital de Licitação Anexo 15	Consulta pública	<p>Please provide this as a PDF file as the link in this document does not work.</p> <p>Tradução livre: Favor fornecer o document em PDF já que o link neste documento não está funcionando.</p>	Anexo será disponibilizado quando da publicação definitiva do Edital.
165	Scientific Games	Edital de Licitação Anexo 16	Consulta pública	<p>Please provide this as a PDF file as the link in this document does not work.</p> <p>Tradução livre: Favor fornecer o document em PDF já que o link neste documento não está funcionando.</p>	Anexo será disponibilizado quando da publicação definitiva do Edital.
166	Scientific Games	Edital de Licitação Anexo 17	Consulta pública	<p>Please provide this as a PDF file as the link in this document does not work.</p> <p>Tradução livre: Favor fornecer o document em PDF já que o link neste documento não está funcionando.</p>	Anexo será disponibilizado quando da publicação definitiva do Edital.
167	IGT		Consulta pública	<p>Entendemos que a CEF é a dona da marca LOTEX. Não há previsão no contrato de concessão relativa a atribuição do uso da marca "LOTEX" ao Concessionário e nenhuma cláusula permitindo ao Concessionário atribuir a marca LOTEX aos PdVs com que ele contratar. O Edital de Licitação deve prever, de forma clara, o direito irrestrito do Concessionário (gratuito e irrevogável durante a vigência do contrato) de usar a marca LOTEX e sublicenciá-la para os PdVs de forma a poder explorar integralmente a marca LOTEX em conexão a venda dos bilhetes de loteria instantânea.</p>	Agradecemos a contribuição. Tal questão será objeto de alteração na minuta.
168	IGT		Consulta pública	<p>O Concessionário é livre para desenvolver suas próprias marcas com ou sem o nome "LOTEX" durante o prazo da concessão. Nosso entendimento está correto? Em caso positivo, sugerimos que se estabeleçam claramente estas regras no contrato. Além disso, as marcas desenvolvidas pelo Concessionário que não incluírem o nome "LOTEX" vão permanecer com o Concessionário após o prazo da concessão e não devem ser transferidas ao Poder Concedente. Este entendimento está correto</p>	Agradecemos a contribuição. Tal questão será objeto de alteração na minuta.
169	IGT		Consulta pública	<p>Observamos notícias recentes na mídia afirmando que estados foram advertidos pelo governado federal de que devem suspender o fornecimento de loterias instantâneas e de que dois estados (Rio e Piauí) pretendem acionar o STF (Supremo Tribunal Federal) para que este decida se a concessão da LOTEX pode legitimamente proibir a continuação da venda de bilhetes de loteria instantânea estadual nos (três) estados em que existem operações de loteria instantânea. Por favor, confirme que o modelo considerou a continuidade do direito de vender bilhetes de loteria instantânea nestes estados na precificação do ativo LOTEX e que os proponentes devem avaliá-lo nos mesmos termos. Ademais, por favor, confirme que o estabelecimento de qualquer nova loteria estadual, a expansão de produtos de loteria instantânea vendidos em qualquer loteria estadual existente, e a aprovação de qualquer lei, regulamento ou ato administrativo que de qualquer forma obstrua a venda dos bilhetes de loteria instantânea da marca LOTEX (ou outro Concessionário) em qualquer estado (em adição aos riscos previstos na Cláusula 15.2.3 do contrato de concessão) irá permitir ao concessionário requerer que o contrato seja reequilibrado.</p>	<p>O Contrato é claro ao determinar que: 15.1 Com exceção das hipóteses previstas na subcláusula 15.2, a Concessionária é integral e exclusivamente responsável por todos os riscos relacionados à Concessão, inclusive, mas sem a eles se limitar, pelos seguintes riscos: 15.1.23 Criação e/ou existência de qualquer modalidade de jogos ou loterias que não a instantânea, incluindo a prática de jogos ilegais.</p>

#	Empresa	Item dos documentos de licitação	Etapa do processo	Esclarecimento solicitado	Resposta
170	IGT		Consulta pública	Cláusula 33 – Seguro – menciona seguro de responsabilidade civil; entretanto, parece que outras coberturas são requeridas. Poderia a Loteria, por favor, esclarecer quais os tipos de cobertura (p. ex., responsabilidade, propriedade, seguro veicular, etc.) e limites que estão sendo requeridos para cada linha de cobertura?	Agradecemos a contribuição. Tal questão não será objeto de alteração na minuta. Ademais, o Contrato é claro ao determinar que: 33.1 Durante o Prazo da Concessão, a Concessionária deverá contratar e manter em vigor, no mínimo, seguro de responsabilidade civil cobrindo a Concessionária e o Poder Concedente, bem como seus administradores, empregados, funcionários, prepostos ou delegados, pelos montantes com que possam ser responsabilizados a título de danos materiais, pessoais e morais, custas processuais e quaisquer outros encargos relacionados a danos materiais, pessoais ou morais, decorrentes das atividades abrangidas pela Concessão, inclusive, mas não se limitando, a danos involuntários pessoais, mortes, danos materiais causados a terceiros e seus veículos, incluindo o Poder Concedente.
171	IGT		Consulta pública	O Poder Concedente precisa ser designado como cosegurado; poderia a Loteria alterar para segurado adicional?	Agradecemos a contribuição. Tal questão não será objeto de alteração na minuta.
172	IGT		Consulta pública	A Cláusula 33.6 prevê que o montante coberto pelo seguro de responsabilidade... "deverá atender o limite máximo de indenização calculado com base no maior dano provável". Solicitamos que isso seja traduzido para um valor em dólares em cobertura para o Poder Concedente, de forma a permitir ao proponente precificar esta cobertura de seguro.	Agradecemos a contribuição. Tal questão não será objeto de alteração na minuta.
173	IGT		Consulta pública	A Cláusula 33.8 prevê: "A Concessionária assume toda a responsabilidade pela abrangência ou omissões decorrentes da realização do seguro de que trata o Contrato". Esta é uma solicitação para seguro de responsabilidade profissional, p. ex. cobertura por erros e omissões?	Não, esta subcláusula guarda relação com omissões em relação ao seguro de responsabilidade civil previsto na cláusula 33.
174	IGT		Consulta pública	33.12.1 Caso a Concessionária não encaminhe os documentos comprobatórios da renovação do seguro no prazo previsto, o Poder Concedente poderá contratar o seguro e cobrar da Concessionária o valor total do seu prêmio a qualquer tempo ou considerá-lo para fins de recomposição do equilíbrio econômico do Contrato, sem eximir a Concessionária das penalidades previstas neste Contrato. Favor esclarecer o que significa recolher o valor total do prêmio? Apesar dos procedimentos da apólice poderem prever em contrário, não entendemos como o Poder Concedente poderia pagar o prêmio, ou que apólice iria permitir este pagamento.	Valor total do prêmio significa o preço pago pela aquisição do seguro.
175	IGT		Consulta pública	Qual a taxa de retorno que se pode inferir do plano da E&Y considerando o custo da licença igual ao valor mínimo de outorga de R\$ 916 mi?	A taxa de retorno não será divulgada neste momento.
176	IGT		Consulta pública	Poderia, por favor, explicar a seguinte aparente contradição: (i) na versão inicial do plano de negócios, há uma estimativa de receita total para os primeiros 15 anos de R\$ 13,2 bilhões; (ii) na versão atualizada do plano de negócios para 25 anos há uma estimativa de receita total de R\$ 27,1 bilhões; (iii) a receita operacional bruta para o ano 10 está indicada no plano de negócios como R\$ 1,17 bilhões; (i), (ii) e (iii) não batem com a indicação contida na cláusula 4.4 do contrato que estima uma receita bruta total para os 25 anos de R\$ 56,6 bilhões.	Diferença entre projeção real e nominal
177	IGT		Consulta pública	Sugerimos excluir (i) o procedimento de árbitro de emergência e (ii) as cláusulas de arbitragem expedida previstas no Regulamento da ICC. O regulamento da ICC prevê a aplicação por padrão do árbitro de emergência e regras de arbitragem expedida: (a) Árbitro de emergência. No regulamento da ICC, as partes podem recorrer a um árbitro de emergência para requerer medidas cautelares previamente à instauração do tribunal arbitral. A possibilidade de recorrer ao árbitro de emergência não exclui o direito das partes de buscar medidas cautelares judicialmente (conforme previsto na cláusula 34.1.8). Estes procedimentos podem ser menos eficientes de um ponto de vista de custo do que medidas cautelares concedidas judicialmente. (b) Arbitragem expedida. O regulamento da ICC estabelece que litígios envolvendo pedidos menores que 2 milhões de dólares ficam sujeitas a arbitragem expedida, a menos que as partes expressamente estipulem em contrário. Na arbitragem expedida, um único árbitro (e não um tribunal de três membros, independente do que preveja a convenção de arbitragem) decide o litígio em até seis meses contados da data da conferência sobre a condução do procedimento e tem autoridade para, após consultar as partes, limitar consideravelmente a produção de provas. Dada a relevância do contrato de concessão, ter um litígio decidido por um único árbitro em um prazo tão curto pode potencialmente comprometer a segurança jurídica e adequação da decisão a ser proferida.	Agradecemos a contribuição. Tal questão não será objeto de alteração na minuta.
178	IGT		Consulta pública	Sugerimos excluir o termo mediação da cláusula 34.1.8. A cláusula 34.1.8 aparentemente contém um erro material ao dispor que medidas urgentes podem ser obtidas "durante o procedimento de mediação", uma vez que nenhuma outra cláusula do contrato trata de mediação. Por esta razão, sugerimos substituir "procedimento de mediação" por "procedimento de arbitragem" de forma a evitar futuras discussões acerca da necessidade de submeter litígios à mediação antes de recorrer à arbitragem.	Agradecemos a contribuição. Tal questão será objeto de alteração na minuta.

#	Empresa	Item dos documentos de licitação	Etapa do processo	Esclarecimento solicitado	Resposta
179	IGT		Consulta pública	O Volume 1 do EVTE identificou atos normativos que devem ser produzidos ou alterados para viabilidade legal do projeto de privatização da LOTEX, a saber: (i) um Decreto Federal prevendo a regulação do serviço público de LOTEX (conforme consulta pública publicada em 21 de setembro de 2017 pelo Secretário de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda); (ii) uma Lei Federal que altere o parágrafo 5º do artigo 28 da Lei Federal 13.155/15, uma vez que a adesão ao PROFUT não implica automaticamente na cessão da marca da entidade desportiva para exploração no âmbito da LOTEX, e tendo em vista a previsão do artigo 28, parágrafo 2º, item I, da Lei Federal nº 13.155/15 e (iii) alteração da Circular CEF 745/17 com o objetivo de excluir o conceito de loteria instantânea. Considerando a importância desses atos normativos sugerimos (a) incluir cláusula no contrato de concessão determinando que a publicação destes atos deverá ser considerada condição precedente para a eficácia do contrato de concessão ou (b) estabelecer na cláusula 15.2 que quaisquer riscos relacionados a não publicação desses atos normativos são riscos alocados ao Poder Concedente.	Agradecemos a contribuição. Tal questão não será objeto de alteração na minuta, visto que as questões legislativas aqui levantadas não são imprescindíveis para viabilizar a concessão, não trazendo riscos à segurança jurídica do projeto.
180	IGT		Consulta pública	Quais são os parâmetros (frequência, nível, custo) das auditorias conduzidas pela SEAE?	A ser regulado em portaria específica da SEAE.
181	IGT		Consulta pública	De acordo com o item 4.1.2 do anexo I, o concessionário deve submeter anualmente certificados e relatórios ao Poder Concedente. Neste sentido, o concessionário deve submeter ao Poder Concedente, no período estabelecido por este, informações complementares ou adicionais que este pode formalmente exigir relativas a LOTEX. Favor esclarecer os limites relativos a que tipo de documentos e relatórios específicos podem ser solicitados pelo Poder Concedente e qual parte será responsável pelos custos. Os proponentes demandam a frequência e escopo de custo das obrigações relacionadas aos certificados e relatórios para incorporar devidamente em sua precificação do ativo.	A ser regulado em portaria específica da SEAE, cujos os termos será debatidos com o concessionário.
182	IGT		Consulta pública	Questão sobre Plano de Distribuição e aprovação de produto (1/3) Esclarecimento sobre definições A cláusula 1.1 (xxxvii) do contrato de concessão define "Séries" como "um conjunto de bilhetes ou apostas da LOTEX que obedecem o mesmo Plano de Distribuição". A cláusula 1.1 (xxv) define o Plano de Distribuição como "a distribuição da receita, quantidade e preço de Bilhetes e Apostas, montante e valor dos prêmios, probabilidade de premiação e outras especificações para criação das séries. Confirme que "Séries" é o que é a indústria de loterias conhece como um jogo individual de bilhetes instantâneos e que o "Plano de Distribuição" se refere a uma única série e é conhecido como o Documento de Trabalho do jogo. A cláusula 11.4 exige que o plano de distribuição seja "entregue ao Poder Concedente anualmente e previamente a sua comercialização...". Nós interpretamos que esse é um Plano de Distribuição para o ano inteiro de produção de bilhetes. Dado que nós planejaríamos comercializar muitas séries diferentes a preços diferentes, não seria possível apresentar um único Plano de Distribuição para um ano, conforme atualmente definido. Favor esclarecer o que é o correto: o Plano de Distribuição é para um único jogo instantâneo ou é para todos os jogos previstos para o ano subsequente? A cláusula 6.1.1 do contrato de concessão refere à "homologação" das séries. Isso se refere à aprovação do "Plano de Distribuição" das Séries=C33(sic)? Em caso negativo, favor esclarecer.	O Decreto a ser publicado fornecerá maiores detalhes acerca desse questionamento

#	Empresa	Item dos documentos de licitação	Etapa do processo	Esclarecimento solicitado	Resposta
183	IGT		Consulta pública	<p>Questões sobre Plano de Distribuição e aprovação de produtos (2/3)</p> <p>Sobre o plano anual de produtos</p> <p>Favor considerar que é uma prática da indústria produzir um plano de lançamento de produtos como parte do plano anual de marketing para um programa de bilhetes instantâneos. O plano é indicativo da estratégia de produtos da concessionária e tipicamente contém apenas indicações gerais sobre o número de Séries a serem introduzidas, número de bilhetes em cada Série, preço e estratégia de premiação para cada Série. O concessionário precisa ter a liberdade para decidir com agilidade e sem estar sujeito a um longo processo burocrático de autorização, quais Séries lançar durante o ano com base nas condições de mercado e performance de outras séries lançadas anteriormente. O poder discricionário de alterar/rejeitar uma Série, assim como atrasos na revisão do Plano de Distribuição para as Séries irá impactar significativamente o valor da concessão.</p> <p>Nossa proposta é que o concessionário forneça ao Poder Concedente um plano de lançamento de séries anual em bases gerais em até 60 dias anteriores ao primeiro dia útil do novo ano calendário. Esse plano de lançamento irá conter o número de Séries a serem produzidas, o número de bilhetes planejado para cada Série, o preço e a estratégia de premiação para cada Série. O plano é puramente indicativo e não sujeito à aprovação da Autoridade Concedente. A Autoridade Concedente terá o poder de revisar o plano, solicitar esclarecimentos e propor sugestões se o plano não for considerado em linha com as obrigações do concessionário. O concessionário não estará obrigado a mudar o plano de acordo com as sugestões propostas, mas terá que analisá-las devidamente e levá-las em consideração.</p>	Agradecemos a contribuição. Tal questão será objeto de inclusão no Decreto regulamentador da Lotex.
184	IGT		Consulta pública	<p>Questões sobre o plano de Distribuição e aprovação de produto (3/3)</p> <p>E sobre aprovação de cada Série</p> <p>A minuta atual do contrato de concessão, na cláusula 6.2, estabelece que "O Poder Concedente deverá homologar as Séries da LOTEX nos termos e prazos previstos nas normas vigentes, mormente em Portaria a ser publicada após a assinatura do Contrato". Isto cria alguma preocupação, uma vez que investidores precisam ter visibilidade sobre um processo de negócio chave tal como é o procedimento de aprovação de bilhetes. Regras claras e completas sobre aprovação das séries da LOTEX devem ser disponibilizadas previamente a que propostas sejam submetidas e quaisquer obrigações assumidas. Encorajamos as autoridades competentes a definir estes procedimentos, ou ao menos os princípios chave que irão regular o processo, antes da submissão das propostas. Como referência, por favor encontre abaixo o princípio chave da regulação italiana.</p> <p>O operador deve submeter a Autoridade Concedente (AAMS) o "Plano de Marketing" para cada bilhete a ser lançado para o (sic). O plano deve incluir as seguintes informações: layout do Bilhete; instruções de jogo; preço; quantidade a ser impressa; estrutura de preço; elementos de segurança. A Autoridade Concedente (AAMS) tem 30 dias corridos para aprovar o "Plano de Marketing". O Plano de Marketing é aprovado se o bilhete proposto:</p> <ul style="list-style-type: none"> - é legítimo - respeita o princípio de jogo responsável - respeita a média de premiação máxima <p>O operador se obriga a implementar o Plano de Marketing tal como aprovado pela Autoridade.</p> <p>Favor considerar a sugestão a seguir para o processo de aprovação de Séries. Para cada Série a ser lançada, o concessionário irá fornecer ao Poder Concedente a "estrutura de preço", arte do bilhete e regras do jogo, antes do início da produção da Série. O Poder Concedente terá sete (7) dias úteis para fazer quaisquer comentários em relação a quaisquer desses itens. Se nenhum comentário for recebido pelo concessionário até o 7º dia útil, o concessionário poderá prosseguir com a produção do jogo conforme informado. Se o Poder Concedente tiver quaisquer questões em relação a algum item da Série, o concessionário irá analisar essas questões, revisar o item ou se reunir com o Poder Concedente para resolver a questão. O Poder Concedente reconhece que é responsabilidade do concessionário operar a LOTEX de acordo com os princípios de jogo responsável da WLA. As causas para não aprovação da impressão e venda de uma Série devem estar limitadas a hipóteses restritas relativas que violação de leis gerais ou descumprimento de obrigação do concessionário, tais como "ofensa à moralidade pública", não respeito ao princípio de jogo responsável, infração de direitos de marca/patente, etc.</p>	O Decreto a ser publicado fornecerá maiores detalhes acerca desse questionamento

#	Empresa	Item dos documentos de licitação	Etapa do processo	Esclarecimento solicitado	Resposta
185	IGT		Consulta pública	<p>O reequilíbrio econômico-financeiro por iniciativa do concessionário ocorre apenas nos cenários previstos na cláusula 15.2, relacionadas aos riscos que em relação aos quais o concessionário não é responsável.</p> <p>Não há meio possível de identificar todos os eventos futuros que podem ocorrer e ter impacto financeiro adverso para o concessionário. A cláusula 15.2 deve ser reestruturada para ser exemplificativa e não uma lista exaustiva de eventos. A cláusula 15.2.3 deve também: eliminar "exceto por mudanças na legislação do Imposto de Renda", acrescentar mudanças nas alíquotas do Imposto sobre a Renda, incluir qualquer tributação por ICMS, assim como a imposição de PIS/ COFINS e ISS sobre o total dos preços de venda dos Bilhetes (bruto=100%) ao invés de somente no faturamento menos premiação e destinação aos beneficiários legais (líquido=18,3%). A cláusula 15.2 também deve incluir eventos em que o concessionário seja impedido (direta ou indiretamente) de vender bilhetes de loteria instantânea em certos estados ou municípios, uma piora material nas condições econômicas gerais do país que impactem materialmente a concessão, tais como inflação excessiva, assim como qualquer evento que não esteja sob a responsabilidade direta do concessionário que impacte materialmente a concessão. Em adição, não podemos aceitar a ampla discricionariedade que o Poder Concedente mantém em relação ao método de reequilíbrio. Todos os eventos que permitem o reequilíbrio do contrato de concessão devem - após a falha das partes de resolver o litígio entre elas - ser resolvidas de uma maneira vinculante pelas regras de resolução de litígios previstas na cláusula 34 do contrato de concessão - incluindo o método de reequilíbrio e o montante.</p>	Agradecemos a contribuição. Tal questão não será objeto de alteração na minuta.
186	IGT		Consulta pública	<p>De acordo com a cláusula 3.4, o contrato pode ser prorrogado mas por decisão discricionária do poder concedente nos seguintes casos: (i) por interesse público, devidamente justificado, (ii) por força maior, devidamente comprovada e (iii) para recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, quando exigidos pelo Poder Concedente novos investimentos ou serviços não previstos no Contrato, ou "em decorrência de sua alteração". Poderia esclarecer o significado da expressão "como resultado de sua alteração"? Que tipo de alteração no contrato/serviços/investimentos permitiriam a extensão do contrato? Parece que o Poder Concedente pode exigir novos investimentos ou serviços não previstos no contrato e depois estender o prazo contratual para reequilíbrio econômico-financeiro do contrato. Nós discordamos e demandamos que quaisquer mudanças no contrato/serviços/investimentos que estejam fora do escopo do contrato não podem ser forçados ao concessionário, mas podem ser solicitados ao concessionário, sujeito a concordância mútua em relação a termos e condições, incluindo preço</p>	Agradecemos a contribuição. Tal questão não será objeto de alteração na minuta. Trata-se de prerrogativa da Administração Pública, nos termos da Lei Federal n.º 8.666/93 e da Lei Federal n.º 8.987/95.
187	IGT		Consulta pública	<p>Não está claro que tipo de informação a proposta para operação de receitas extraordinárias deve conter e quando o Poder Concedente irá aprová-la. Favor detalhar o esquema de receita extraordinária e fornecer alguns exemplos. Além disso, o esquema proposto para receitas extraordinárias é muito rígido. Nós sugerimos que propostas para receitas extraordinárias incluam uma alocação de lucros entre o concessionário, o Poder Concedente e os jogadores, o que irá promover maior flexibilidade e talvez propostas mais atraentes.</p>	<p>Não foram consideradas receitas extraordinárias no nosso plano de negócios. As receitas extraordinárias se referem as receitas complementares, acessórias ou alternativas ao Preço do Bilhete ou da Aposta, decorrentes da exploração da LOTEX e de projetos associados, por exemplo: receitas de marketing.</p> <p>O Contrato determina que a proposta de exploração de Receitas Extraordinárias deverá ser apresentada pela Concessionária ao Poder Concedente, acompanhada de projeto de viabilidade jurídica, técnica e econômico-financeira, bem como da comprovação da compatibilidade da exploração comercial pretendida com as normas legais e regulamentares aplicáveis ao Contrato. Há liberdade por parte da Concessionária em idealizar Receitas Extraordinárias. Quanto ao esquema de divisão, tal questão não será objeto de alteração.</p> <p>Sobre o procedimento de aprovação, agradecemos a contribuição. Tal questão será objeto de alteração na minuta.</p>
188	IGT		Consulta pública	<p>De acordo com a cláusula 5.1 do contrato de concessão, não há bens reversíveis ou bens vinculados à concessão e o concessionário é livre para adquirir/gerir/ dispor dos ativos que ele considerar necessário para execução do escopo. Por essa razão, ao final do prazo contratual, não haverá reversão de bens para o Poder Concedente. Dada a cláusula de reversão, poderia a Autoridade Concedente, por favor, confirmar que a cessão de certos itens e a transmissão de certos direitos de propriedade intelectual (ambas especificadas na cláusula 32) não irão incluir nenhum hardware ou software fornecido pelo concessionário durante o termo de concessão mas somente a gostar mais do Anne B mas somente produtos customizados de trabalho tangíveis preparados única e exclusivamente para Autoridade Concedente em conexão com a concessão?</p>	Agradecemos a contribuição. Tal questão será objeto de alteração na minuta.

#	Empresa	Item dos documentos de licitação	Etapa do processo	Esclarecimento solicitado	Resposta
189	IGT		Consulta pública	<p>Poderia o Poder Concedente, por favor, confirmar que o concessionário vai continuar a deter toda propriedade intelectual detida por este antes e durante o prazo do contrato de concessão e que somente vai ser transferida, de acordo com um contrato escrito e apartado, propriedade intelectual que tiver sido desenvolvida pelo concessionário exclusivamente especificamente para o contrato de concessão excluída qualquer propriedade intelectual detida pelo concessionário anteriormente ao prazo da concessão. Solicitamos ao Poder Concedente que confirme o que foi afirmado na reunião do dia 6 de outubro (que dados desenvolvidos em conexão com a operação da LOTEX (e não hardware ou software que utilizado para geração de tais dados) são os únicos objetos a serem transferidos ao Poder Concedente.</p> <p>Uma vez que os ativos de hardware e o software utilizados durante o contrato de concessão podem incluir propriedade intelectual de terceiros, o concessionário não pode transferir ao Poder Concedente nenhum direito que o concessionário tenha licenciado de um terceiro se o concessionário não obteve o direito de fazer isto pelo terceiro interessado. Poderia o poder concedente confirmar que não há obrigação para o concessionário transferir ao Poder Concedente direitos de terceiros que podem estar <u>incluídos nos ativos de hardware ou software?</u></p>	Agradecemos a contribuição. Tal questão será objeto de alteração na minuta.
190	IGT		Consulta pública	<p>Créditos são permitidos numa taxa combinada de 9.25% em relação a certos custos e despesas tais como "aquisições de bens ou serviços usados como 'insumos' na prestação de serviços, depreciação, aluguel de imóveis pago a pessoas jurídicas etc. É necessário um maior detalhamento para definir possíveis créditos no plano de negócios. Na reunião de 6 de outubro, o governo esclareceu que sua intenção é receber uma base de dados com informações sobre os jogadores (e não outros direitos de propriedade intelectual como software, hardware, etc.). A base de dados é um ativo intangível que vai ser construído internamente pela companhia, mas sob as práticas contábeis aceitas, ele não deve ser registrado como ativo no balanço nem deve haver qualquer amortização associada a esse item intangível no balanço. Na hipótese do PIS/COFINS ser incorrido em conexão com custos relacionados ao desenvolvimento dessa base de dados, esse PIS/COFINS será elegível para utilização de créditos de PIS/COFINS? Favor esclarecer.</p>	A determinação sobre o aproveitamento dos créditos orinudos da não cumulatividade do PIS e da COFINS caberá ao Concessionário. que por sua vez deverá observar a legislação pertinente. A análise e interpretação da legislação caberá ao concessionário no contexto da busca da eficiência fiscal. Sugerimos análise das Leis 10.637/02 e 10.833/03.
191	IGT		Consulta pública	<p>Há uma aparente contradição entre as cláusulas 5.1 (ativos da concessão) e 32 (propriedade intelectual). A cláusula 5.1 estabelece que (i) não há ativos reversíveis e ativos vinculados a concessão; e (ii) que ao fim do prazo contratual, não haverá reversibilidade de ativos para o Poder Concedente. Não obstante, nos termos da cláusula 32, os direitos de propriedade intelectual sobre os estudos e projetos desenvolvidos para propósitos específicos de atividades incluídas na concessão devem ser transferidas sem custos e de forma exclusiva ao Poder Concedente ao final do prazo de concessão. Levando em consideração a natureza da concessão da LOTEX (é uma concessão sui generis, uma vez que não há investimento em infraestrutura) e também que a propriedade intelectual é essencial para garantir a continuidade e atualização do serviço LOTEX após o término da concessão, a propriedade intelectual desenvolvida durante a concessão deve ser considerada o ativo reversível da concessão de acordo com a Lei Federal 8.987/95? Nós sugerimos ajustar os conceitos estabelecidos nas cláusulas 5.1 e 32.</p>	Agradecemos a contribuição. Tal questão será objeto de alteração na minuta.
192	IGT		Consulta pública	<p>A cláusula 19 contempla multas significativas para certas ações ou omissões. Os montantes de algumas dessas multas individuais são excessivos - na verdade, certas multas individuais excedem muitas vezes o limite anual de multas. As multas individuais devem ser reduzidas significativamente. Além disso, certos itens que poderiam gerar penalidades ou não estão inteiramente no controle do concessionário ou a possibilidade de atingir estes padrões não é determinável porque as diretrizes para atingi-los não são suficientemente claras. Por exemplo, fazer publicidade em discordância com regulação específica da LOTEX, comercializar uma série sem homologação do Poder Concedente, e a falha em adotar governança corporativa e práticas contábeis efetivas, de acordo com a legislação atual. A Autoridade Concedente deve fornecer as regulações específicas aos proponentes de forma que eles possam entender essas regulações e garantir o cumprimento antes que as propostas sejam submetidas. A exigência de protocolar uma defesa à imposição da multa deve ser estendida de 5 dias úteis para ao menos 30 dias corridos. A apelação de uma decisão da SEAE deve permitir que o litígio seja resolvido por arbitragem vinculante, ao invés de submetido a alguma autoridade pertinente não definida. O aumento anual das multas pelo IPCA também não é aceitável e deve ser eliminada da licitação.</p>	Agradecemos a contribuição. Tal questão será objeto de alteração na minuta.

#	Empresa	Item dos documentos de licitação	Etapa do processo	Esclarecimento solicitado	Resposta
193	IGT		Consulta pública	Os R\$ 283 milhões de garantia de execução de contrato são muito altos, em particular considerando o investimento inicial exigido do operador e o nível de faturamento. Isso representa um fardo adicional e significativo para os investidores em adição ao pagamento da outorga. Além disso, manter o montante total desde o dia 1 parece desproporcional ao baixo nível de vendas nos anos iniciais. Consideraria a autoridade exigir um montante muito menor? De acordo com práticas internacionais e licitações similares, nós propomos considerar 1% do faturamento calculado com base no faturamento do ano anterior ou alternativamente pode-se utilizar um percentual de 5% da outorga.	Agradecemos a contribuição. Tal questão será objeto de alteração na minuta.
194	IGT		Consulta pública	A cláusula 8.1 prevê que o concessionário deve manter em favor do Poder Concedente uma garantia de execução de contrato no montante de R\$ 283.488.949,92, a ser corrigido anualmente pelo IPCA. Favor fornecer detalhamento relativo ao devido procedimento para execução da garantia de execução de contrato de forma a assegurar o direito de defesa e resposta, em linha com as previsões legais e constitucionais.	O Edital é claro ao determinar que: 7.10 A Garantia da Proposta deverá ser executada nas hipóteses de inadimplemento total ou parcial, por parte da Proponente, das obrigações por elas assumidas em virtude de sua participação no Leilão, mediante notificação, pelo BNDES, às Proponentes inadimplentes, sem prejuízo das demais penalidades previstas no Edital ou na legislação, incluindo, mas não se limitando, as seguintes hipóteses: I. apresentação, pela Proponente vencedora, dos Documentos de Qualificação em desconformidade com o estabelecido pelo Edital, ressalvado o disposto no subitem 6.10, do Edital; II. apresentação, pela Proponente vencedora, de Proposta Econômica Escrita e/ou de Proposta Vencedora que não atenda(m) à totalidade das exigências estabelecidas na legislação aplicável e no Edital; III. não cumprimento, pela Adjudicatária, das obrigações prévias à celebração do Contrato; IV. recusa da Adjudicatária em celebrar o Contrato; V. prática, pela Proponente, de atos visando a frustrar os objetivos do Leilão; VI. cobertura de multas, penalidades e indenizações eventualmente devidas pelas Proponentes ao Ministério da Fazenda em virtude de sua participação no Leilão, desde a data de apresentação da Garantia da Proposta até o prazo previsto no subitem 7.8, deste Edital, sem prejuízo da aplicação de outras penalidades e da responsabilização residual pelo valor que extrapolar a Garantia da Proposta; e VII. retirada, pela Proponente, de sua proposta dentro do respectivo prazo de validade.
195	IGT		Consulta pública	O concessionário deve inserir no bilhete ou no canal de aposta virtual as informações e advertências exigidas pelo Poder Concedente e previstas na regulação específica da LOTEX. Estas informações e advertências devem ser comunicadas pelo Poder Concedente (e a regulação da LOTEX precisa estar perfeitamente clara), de forma que os proponentes possam considerar essa informação na avaliação do negócio antes da submissão de propostas. Nós sugerimos que as seguintes informações (e apenas as seguintes informações) devem ser obrigatórias nos bilhetes: (i) como jogar, (ii) onde receber os prêmios, (iii) os níveis de prêmios e (iv) as probabilidades gerais de ganhar. Todas as outras informações obrigatórias e úteis devem ser disponibilizadas no site do operador na internet.	Agradecemos a contribuição. Tal questão será objeto de inclusão no Decreto regulamentador da Lotex.
196	IGT		Consulta pública	A cláusula 27 prevê que no momento da extinção do contrato de concessão, o concessionário deve tomar todas as medidas razoáveis e cooperar integralmente com Poder Concedente de forma que o serviço objeto da concessão continue a ser prestado. Uma vez que o concessionário não pode prestar serviços após o prazo de expiração da concessão sem ter sido estabelecida previamente uma compensação e que o contrato de concessão não estabelece procedimentos específicos a respeito desse tema, para evitar dúvidas, nós sugerimos: (i) excluir completamente essa cláusula, se for entendido que será necessário prestar serviços após o término do prazo da concessão; (ii) ou estabelecer um Plano de Transição/Desvinculação para especificar claramente o escopo dos serviços após o término do contrato, que deverão ser de duração limitada e considerados em apartado.	Agradecemos a contribuição. Tal questão será objeto de alteração na minuta.
197	IGT		Consulta pública	De acordo com a cláusula 27.3.1, o concessionário não terá direito a indenização como resultado do término do prazo da concessão. Ainda, as cláusulas 28.2, 29.7, 30.3 e 31.2 restringem a indenização a parcela da outorga paga pelo concessionário proporcional ao período restante entre a extinção e a data de término do contrato, ajustada pelo IPCA acumulado no período. Estas cláusulas não estão em acordo com a Lei Federal 8.987/95 que estabelece que o concessionário tem direito de receber uma indenização pelos investimentos em ativos reversíveis que não tiverem sido amortizados durante o prazo de concessão. Assumindo que a propriedade intelectual deve ser considerada o ativo reversível desta concessão e também levando em consideração todos os investimentos feitos pelo concessionário durante a concessão, não há prova de que está fórmula refleta os investimentos não amortizados. A fórmula deverá atender a Lei Federal 8.987/95.	A cláusula está de acordo com a Lei Federal n.º 8.987/95, que determina que "Art. 36. A reversão no advento do termo contratual far-se-á com a indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido." Como não há bem reversível, apenas o pagamento de outorga à vista, a legislação foi respeitada. A cláusula de propriedade intelectual será objeto de alteração.

#	Empresa	Item dos documentos de licitação	Etapa do processo	Esclarecimento solicitado	Resposta
198	IGT		Consulta pública	Favor esclarece se a outorga pode ser paga com os R\$ 400 milhões de capital requerido para SPE, conforme previsto na cláusula 15.3, inciso IV, ou, alternativamente, os proponentes do consórcio podem ter opção de pagar a outorga diretamente ao poder concedente ao invés de qualquer exigência de capital para SPE, a não ser exigências estatutárias de capital mínimo.	O entendimento não está correto. O Edital é claro ao determinar que, em até 30 (trinta) dias úteis após a publicação do ato de homologação, mas em qualquer hipótese, antes da assinatura do Contrato, a Adjudicatária deverá apresentar ao Ministério da Fazenda: IV. Comprovação de subscrição e integralização do capital social da SPE, no valor de, no mínimo, R\$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais).
199	IGT		Consulta pública	A indústria internacional de loterias estabeleceu mecanismos específicos de segurança para bilhetes e jogos instantâneos que não são os mesmos que aqueles usados para papel moeda para prevenir fraudes. Irá o poder concedente mudar a exigência do Anexo I, parágrafo 2.4 para os padrões internacionais de segurança que amparam os mais de R\$ 230 bilhões anuais em vendas de bilhetes de loteria instantânea?	Agradecemos a contribuição. Tal questão será objeto de alteração na minuta.
200	IGT		Consulta pública	O cronograma para obtenção dos certificados especificados na cláusula 7.1.2 pode não ser adequado para todos os itens listados. De forma específica, o programa de certificação de jogo responsável da WLA demanda que as organizações lotéricas demonstrem por períodos de tempo que elas estão praticando ativamente o jogo responsável em diferentes estágios. Em adição, pode não ser possível ter a avaliação independente apropriada conduzida de forma a atender o prazo proposto. O governo irá considerar modificar a exigência de forma a permitir a concessionária mostrar progressos na obtenção dessas certificações (incluindo a obtenção de certificações de níveis mais baixos), estendendo o prazo total para obtenção de todas as certificações para 5 anos?	Agradecemos a contribuição. Tal questão será objeto de alteração na minuta.
201	IGT		Consulta pública	O concessionário tem 2 meses a contar da Data de Eficácia para preparar o programa de integridade e o poder concedente tem um mês para avaliar o mesmo e pode sugerir ajustes ao programa de integridade que o concessionário terá um mês para implementar. Dado que o programa de integridade é uma condição precedente para a comercialização de Apostas e Bilhetes, nós sugerimos que o Poder Concedente especifique para todos os proponentes quais são os componentes necessários do programa de integridade baseados nas previsões da Lei Federal 12.846, de 1º de agosto de 2013 e o Decreto Federal 8.420, de 18 de Março de 2015, de forma que a concessionária tenha conforto que ela entende o conteúdo exigido em relação a estas questões.	Agradecemos a contribuição. Tal questão não será objeto de alteração nas minutas.
202	IGT		Consulta pública	"O Poder Concedente deve ter o prazo máximo de um mês para avaliar o programa de integridade do concessionário. A falta de manifestação do poder concedente levará a aceitação tácita deste documento". Essa aceitação tácita é aplicável para todas as relações/consultas entre o operador e o Poder Concedente? Por exemplo, a cláusula 6.2 relativa à aprovação das séries de jogos?	O Contrato é claro ao determinar que tal aceitação tácita se refere ao Programa de Integridade.
203	IGT		Consulta pública	De acordo com a cláusula 22.3, para outros casos de alteração societária o concessionário deverá informar o poder concedente em até 5 dias úteis contados da efetivação da alteração. Favor confirmar se os cinco dias úteis devem ser contados a partir do registro perante a competente Junta Comercial.	Sim, o entendimento está correto.
204	IGT		Consulta pública	A concessionária é obrigada a manter um serviço de atendimento ao cliente com uma estrutura mínima para atender as demandas dos apostadores, conforme regulação específica da LOTEX. O Poder Concedente precisa fornecer essa regulação específica da LOTEX antes da publicação do edital e os proponentes precisam de um período de tempo para revisá-la e comentá-la de forma a verificar se estas regras estão de acordo com padrões da indústria.	Agradecemos a contribuição. As condições mínimas necessárias à prestação do serviço serão apresentadas no Edital e seguirão a legislação aplicável à defesa do consumidor.
205	IGT		Consulta pública	O concessionário deve imediatamente notificar o poder concedente sobre qualquer fato que significativamente altere o desenvolvimento normal da concessão num prazo máximo de trinta dias contados da ocorrência ou da data em que o concessionário tomar ciência da ocorrência, o que ocorrer por último. Consideraria o Poder Concedente promover esta alteração na cláusula?	Agradecemos a contribuição. Tal questão será objeto de alteração na minuta.
206	IGT		Consulta pública	Qualidade do serviço: atendimento ao cliente e resolução de problemas são funções muito importantes para organizações que servem ao público. Contudo, os indicadores propostos não levam em consideração que o concessionário estará operando por todo o país e a ordem de magnitude da operação. Algumas das situações listadas somente poderão ser resolvidas na sede do concessionário. Poderá levar mais de cinco dias úteis para o objeto e/ou documentos necessários chegarem a sede, serem analisados, ser preparada uma resposta, e serem devolvidos e entregues ao apostador. Solicitamos ao poder concedente que modifique estas exigências para de mandar uma resposta inicial (ciência) em até 5 dias úteis e uma resposta formal em até 30 dias. Recomendamos uma exigência adicional de que o concessionário apresente ao Poder Concedente uma explicação por escrito acerca da razão pela qual qualquer resposta demore mais do que 10 dias úteis. Isso permitiria que o concessionário e o Poder Concedente tivessem a oportunidade de identificar assuntos operacionais específicos a serem objeto de melhoria durante o prazo do contrato.	Agradecemos a contribuição. Tal questão será objeto de alteração na minuta.

#	Empresa	Item dos documentos de licitação	Etapa do processo	Esclarecimento solicitado	Resposta
207	IGT		Consulta pública	Pode o parâmetro de R\$ 500 para pagamento de prêmio no PdV ser removido do contrato e deixado para decisão do operador o limite para pagamento no PdV? A prática da indústria para pagamento de prêmios de baixo valor (nós consideramos R\$ 1.903,38 com um bom limite para pagamento de prêmios de baixo valor no Brasil, em linha com benchmarks internacionais e equivalente ao atual limite brasileiro de isenção de pagamento de imposto de renda em prêmios) é que o pagamento destes montantes ocorra em tempo real. Se um ponto de venda não tiver dinheiro suficiente para pagar este prêmio, o bilhete deve ser devolvido ao jogador para que ele possa levá-lo a outro local para o pagamento do prêmio. Pode ser que um ponto de venda específico não tenha dinheiro para pagar o prêmio e o jogador pode ter que levar o bilhete a outro ponto de venda ou ao banco. O indicador de performance não deve permitir o atraso no pagamento de prêmios desse nível. Ele deve permitir que um ponto de venda indique que ele não tem fundos suficientes para pagar este prêmio sem penalidade para o concessionário. Em adição, isso deve se aplicar apenas a bilhetes que são efetivamente premiados conforme sistema de validação do concessionário. Isso não deve se aplicar a bilhetes danificados que podem demandar um tempo adicional ao concessionário para confirmar se o bilhete é de fato um bilhete premiado.	Agradecemos a contribuição. Tal questão será objeto de alteração na minuta.
208	IGT		Consulta pública	Pagamentos de Prêmios maiores que R\$ 1000: em muitas jurisdições, diferentes regras são aplicadas para 3 ou 4 níveis diferentes de valor de prêmios. Frequentemente, isso é relacionado a pagamentos de tributos, como é o caso do Brasil para prêmios acima de R\$ 1903,38, para tributos que tem que ser retidas do apostador para o governo. Em adição, alguns governos exigem que certas dívidas não pagas sejam retidas do pagamento de prêmios ao apostador. O Poder Concedente irá modificar esta exigência para 5 dias úteis após a confirmação pelo concessionário de que o bilhete é efetivamente um bilhete premiado, conforme registrado no sistema de validação da concessionária? Em particular, tempo pode ser necessário para confirmar se um bilhete danificado é ou não é, de fato, um bilhete premiado.	Agradecemos a contribuição. Tal questão será objeto de alteração na minuta.
209	IGT		Consulta pública	Caso o índice do IPCA seja extinto sem uma substituição automática, as partes devem mutuamente concordar sobre qual o novo índice ser utilizado. Se as partes não conseguirem chegar a um acordo, a cláusula 8.1.2 permite ao Poder Concedente adotar um índice alternativo em alguns casos, o que não é aceitável. Nós sugerimos que o novo índice seja determinado por uma terceira parte independente.	Agradecemos a contribuição. Tal questão não será objeto de alteração na minuta.
210	IGT		Consulta pública	Em relação à eventual cessão dos direitos de marca de clubes de futebol com propósito de exploração via produtos da LOTEX, deve ser formalizado entre o clube e o concessionário os termos desta cessão; e, em retorno pela cessão da marca, o clube de futebol deve receber o valor correspondente a 2,7% da receita total de cada emissão. Estes 2,7% é o mesmo valor já incluído nos 16,7% totais a serem passados para os beneficiários governamentais? Então, qualquer negociação com os clubes é apenas um ato de autorização sem nenhum custo incremental para o operador?	O valor de 2,7% já está incluído no valor total dos 16,7%. As negociações com os clubes serão realizadas através de contratos comerciais sendo as condições financeiras definidas entre as partes.
211	IGT		Consulta pública	Uma vez que a concessão é para gerar receitas para o governo, irá o governo isentar taxas e impostos de importação impostos sobre bilhetes instantâneos importados para venda pelo concessionário? Poucas empresas têm a capacidade de produzir bilhetes instantâneos seguros e atraentes. De forma a que um proponente possa desenvolver a sua melhor oferta econômica, ele deve ter flexibilidade para buscar bilhetes instantâneos de diferentes fornecedores a custos razoáveis, a fim de oferecer as pessoas do Brasil os melhores bilhetes instantâneos possíveis.	O Edital é claro ao determinar que: 9.3 A Proposta Econômica Escrita, bem assim a Proposta Vencedora, deverão considerar as seguintes premissas: I. todos os investimentos, tributos, custos e despesas necessários à exploração da Concessão, tal como previsto no Contrato e demais Anexos do Edital e Contrato, desconsiderando qualquer benefício fiscal.
212	IGT		Consulta pública	Nós entendemos que, de acordo com a legislação aplicável, o período mínimo entre a publicação do edital e o leilão é de 60 dias. Esse período mínimo de tempo é inadequado; os documentos finais de licitação devem deixar claro que os proponentes tenham ao menos 120 dias corridos - o que é mais consistente com padrões internacionais.	Agradecemos a contribuição. Tal questão será avaliada pelo Poder Concedente.
213	IGT		Consulta pública	Entendemos que a Cartilha de governança corporativa da CVM foi publicada em 2002 e atualmente existem outras regras da CVM relacionadas à governança corporativa mais atualizadas que esta, como o Código Brasileiro de Governança Corporativa. Nesse sentido, por favor esclareça se o concessionário deve atender somente a Cartilha de governança corporativa da CVM ou todas as regras de governança da CVM em vigor. Além disso, por favor esclareça porque o concessionário deve cumprir as regras aplicáveis pela CVM uma vez que não há nenhuma exigência para que o concessionário seja uma companhia aberta e a CVM é responsável pela regulação e fiscalização do mercado de valores mobiliários?	Agradecemos a contribuição. Esta questão será objeto de alteração na minuta.

#	Empresa	Item dos documentos de licitação	Etapa do processo	Esclarecimento solicitado	Resposta
214	IGT		Consulta pública	A Tabela 5 do Anexo 5 exige que os proponentes apresentem certas demonstrações financeiras. O item 20.1 do Anexo 5 permite que proponentes estrangeiras apresentem documentos de suas companhias controladoras. Os documentos apresentados devem ser equivalentes aqueles solicitados para qualificação de pessoas jurídicas brasileiras e também cumprir com os requerimentos legais no país de incorporação do proponente estrangeiro. O item 22 do Anexo 5 prevê que os balanços e demonstrações de resultados apresentados devem ser aqueles já exigidos por lei e aprovados pela Administração da companhia. Esses documentos devem ser apresentados de acordo com os princípios de contabilidade aceitos no Brasil. Baseado em todo o exposto, o proponente entende - mas, por favor, confirme - que demonstrações financeiras auditadas de da controladora do proponente, preparadas de acordo com padrões financeiros e regulamentos do país de incorporação da controladora do proponente irão satisfazer as exigências de demonstrações financeiras estabelecidas no Anexo 5, Tabela V.	O entendimento não está correto. O Edital é claro exigir a apresentação de balanço patrimonial e respectivo demonstrativo de resultados, já exigível na forma da lei, devidamente aprovados pela assembleia geral ou sócios, conforme o caso, apresentados na forma da lei, vedada a apresentação de balancetes ou balanços provisórios. Esses documentos deverão ser apresentados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
215	IGT		Consulta pública	Quando o manual de procedimentos do leilão e os outros documentos referidos nos apêndices (Anexos 14-17) estarão disponíveis?	Quando da publicação do Edital de Leilão.
216	IGT		Consulta pública	O Poder Concedente irá colaborar com as entidades financiadoras do concessionário para contribuir para a viabilidade do financiamento. O que isso significa?	Apresentação/suporte do Projeto junto a entidades financeiras para auxiliar o operador na obtenção de recursos.
217	IGT		Consulta pública	A outorga de R\$ 916 milhões parece muito alta para o projeto da LOTEX. O retorno sobre o investimento, baseado no plano da EY e assumindo uma licença de operação equivalente ao ônus de outorga, resulta em um número muito baixo e significativamente insuficiente para atrair investidores (tantos locais como internacionais). Fatores a serem considerados: <ul style="list-style-type: none"> projeto muito arriscado, por conta de sua natureza greenfield. Outorga inicial para um projeto greenfield é altamente pouco usual. Na indústria de loterias, não há precedente de licenças para projetos greenfield serem concedidos com base numa outorga inicial; o plano da EY não é conservador na estimativa de receita. Eventual upside pode ocorrer, mas dada a natureza greenfield do projeto, é altamente imprevisível e não pode ser considerado nesta oportunidade. Quanto maior a estimativa de receita, maior o risco inerente ao plano e, por consequência, maior a expectativa dos investidores; o plano da EY assume uma comissão de 6,4% para revenda, baseado em benchmarks de mercados internacionais maduros/desenvolvidos. Esta premissa é, simultaneamente, (i) relevante ao determinar a margem do negócio e (ii) muito arriscado considerando os hábitos consolidados no Brasil: comissões atuais pagas pela CAIXA, LOTERJ, Telesena, Título de Capitalização, Jogo do Bicho; o projeto dificilmente é "financiável": a natureza greenfield resultaria em taxas de junk bond, que, se disponíveis, iriam destruir o retorno dos investidores de capital Poderia o Poder Concedente considerar uma das seguintes opções? <p>Proposta Alternativa 1</p> <ul style="list-style-type: none"> Sem outorga inicial Leilão com base na redução voluntária da parcela do operador (18,3%) como vantagem adicional ao estado acima dos 16,7% <p>Proposta Alternativa 2</p> <ul style="list-style-type: none"> Reduzir a outorga de leilão para R\$ 450 milhões Prever o pagamento da diferença entre o valor de R\$ 450 milhões e a outorga integral para o ano 5, condicionado ao atingimento de determinados volumes e de acordo com certas fórmulas e tabelas a serem definidas. <p>Proposta Alternativa 3</p> <ul style="list-style-type: none"> Permitir o pagamento do valor integral da outorga em 25 parcelas anuais e iguais, conforme o prazo de duração da concessão. 	Agradecemos a contribuição. Tal questão será objeto de alteração na minuta. O novo valor da outorga refletirá a expectativa de geração de valor da operação, dado o novo prazo de concessão e o perfil de riscos do projeto.
218	IGT		Consulta pública	Poderia a amortização do ônus de outorga ao longo do período de concessão ser uma dedução válida ou despesa para fins de reduzir a receita bruta da concessionária para fins de cálculo de ISS, PIS/COFINS, etc.?	O eventual aproveitamento de deduções deve observar a sistemática de apuração de cada tributo. A análise e interpretação da legislação caberá ao concessionário no contexto da busca da eficiência fiscal. A outorga não foi utilizada para geração de créditos no plano de negócios.

#	Empresa	Item dos documentos de licitação	Etapa do processo	Esclarecimento solicitado	Resposta
219	IGT		Consulta pública	Entende-se que, de acordo com as cláusulas 7,10, (I) e (II) da Parte V, na hipótese do Proponente submeter Documentos de Qualificação, Proposta Econômica Escrita e/ou Garantia de Proposta que não cumpram todas as exigências do Edital de Licitação ou da legislação aplicável, a garantia de proposta pode ser executada. Amplos poderes para executar a garantia, sem notificação ou oportunidade de remediar falhas, não são aceitáveis. Nós sugerimos que, antes de qualquer execução da garantia, o Poder Concedente notifique o proponente acerca do descumprimento total ou parcial e ofereça oportunidade para que este descumprimento total ou parcial seja sanado.	Agradecemos a contribuição. Tal questão não será objeto de alteração na minuta.
220	IGT		Consulta pública	No evento do leilão ser revogado, suspenso ou adiado e nenhum contrato ser assinado, conforme previsto na cláusula 7.8, quando a garantia será devolvida aos proponentes?	Agradecemos a contribuição. Tal questão será objeto de alteração na minuta.
221	IGT		Consulta pública	Os R\$48 milhões de reais de garantia parecem muito altos. De acordo com experiências internacionais passadas, este montante está classificado acima da taxa máxima da indústria. Poderia a Autoridade considerar uma garantia de proposta da ordem de R\$20 milhões?	Agradecemos a contribuição. Tal questão não será objeto de alteração na minuta.
222	IGT		Consulta pública	Na hipótese do proponente não querer estender a garantia após a expiração do prazo inicial de um ano, quando a garantia de proposta seria retornada ao proponente?	Agradecemos a contribuição. Tal questão será objeto de alteração na minuta.
223	IGT		Consulta pública	Podem os membros do consórcio apresentar garantias de proposta separadas conforme o percentual esperado de propriedade de cada um na SPE? E podem essas garantias ser de diferentes modalidades?	Não, não há essa possibilidade.
224	IGT		Consulta pública	O critério de qualificação inclui uma exigência de experiência mínima em "operação de loteria instantânea" de R\$ 100 milhões/mês. Poderia esclarecer "operação de loteria instantânea"? Por exemplo, prover serviços para um operador de loteria licenciado é considerado "operação de loteria instantânea"? Em caso positivo, vocês podem qualificar exatamente qual é o escopo mínimo das atividades e serviços que podem ser qualificados como "operação de loteria instantânea"?	Agradecemos a contribuição. Tal questão será objeto de alteração na minuta.
225	IGT		Consulta pública	Por favor explique melhor essa exigência "demonstrar participação em empreendimento cujo montante total de investimento seja de no mínimo 175 milhões de reais". Esse é o total de investimento em um projeto de jogos? Ou em qualquer atividade econômica? Se de jogos, é em algum setor específico? Esse é o investimento acumulado ao longo de um determinado período? Ou em uma vez? É o investimento acumulado em um determinado setor ou é um único investimento num projeto/negócio específico?	Total de investimento em um único empreendimento, de qualquer natureza, em um único atestado.
226	IGT		Consulta pública	Favor explicar como os proponentes devem identificar informações confidenciais/secretas incluídas na sua proposta e que proteção essas informações terão. Por favor, confirme que todos os materiais submetidos permanecerão confidenciais até o momento de assinatura do contrato de concessão.	Todos os documentos fornecidos comporão o processo administrativo relacionado ao certame.
227	IGT		Consulta pública	Cada via terá uma página com seu próprio termo de encerramento. Poderia a Autoridade confirmar o que é um termo de encerramento?	Declaração simples determinando o fim do volume de documentos (Ex.: "Termo de Encerramento - Última Folha do Volume"). Dada a simplicidade do documento, não será fornecido modelo.
228	IGT		Consulta pública	Em relação ao Volume II, Proposta Econômica Escrita, e Volume III, Documentos de Que, poderia a Autoridade, por favor, confirmar se os proponentes devem apresentar vias originais ou cópias autenticadas para cada 1ª via, e para cada segunda via desses volumes, fornecer apenas cópia simples?	O Edital determina claramente que: 6.2 Cada um dos volumes da Garantia da Proposta, da Proposta Econômica Escrita e dos Documentos de Qualificação deverá ser apresentado em 2 (duas) vias idênticas, encadernadas separadamente, sendo uma original e a outra cópia, com todas as folhas numeradas sequencialmente, inclusive as folhas de separação, catálogos, desenhos ou similares, se houver, independentemente de ser mais de um caderno, da primeira à última folha, de forma que a numeração da última folha do último caderno reflita a quantidade total de folhas de cada volume, não sendo permitidas emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas. 6.6 Para efeito de apresentação: I. as vias de cada um dos volumes da Garantia da Proposta, da Proposta Econômica Escrita e dos Documentos de Qualificação deverão conter, além da identificação citada no subitem 6.1, acima, os subtítulos "1.ª via" e "2.ª via", respectivamente; II. todos os documentos deverão ser apresentados em sua forma original ou cópia autenticada, exceto os documentos relativos à Garantia da Proposta, que deverão ser apresentados em suas vias originais na 1.ª via; e III. a 2.ª via poderá ser cópia simples, refletindo exatamente o conteúdo da 1.ª via.
229	IGT		Consulta pública	A Autoridade consideraria conceder mais de 35 dias como atualmente estabelecido como prazo máximo no documento no edital de licitação para o vencedor pagar o ônus da outorga? 120-180 dias são mais apropriados para o vencedor assegurar financiamento e pagar a outorga inicial.	Agradecemos a contribuição. Tal questão será objeto de alteração na minuta.

#	Empresa	Item dos documentos de licitação	Etapa do processo	Esclarecimento solicitado	Resposta
230	IGT		Consulta pública	Apesar da cláusula 17 estabelecer o procedimento para requerimento de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, não há nenhuma cláusula estabelecendo uma diretriz de cálculo que deve ser seguida de forma a reequilibrar o contrato. Apesar de se poder apresentar um relatório de um especialista, sem uma fórmula objetiva, sempre haverá espaço para divergência entre as partes e implica uma falta de segurança jurídica para proponentes e para o concessionário. Como regra, essa fórmula deve ser estabelecida na regulação aplicável ou no contrato de concessão. Nesse sentido, para evitar conflitos, nós sugerimos incluí-la.	Agradecemos a contribuição. Tal questão não será objeto de alteração na minuta.
231	IGT		Consulta pública	De acordo com a Cláusula 17.2.5, as negociações para recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato devem ser concluídas num período máximo de 120 (cento e vinte) dias, exceto quando, devidamente justificado, uma prorrogação do prazo for necessária. De forma a evitar a ausência de acordo entre as partes sobre a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro no prazo de 120 dias, sugerimos que caso as disputas não sejam resolvidas pelas partes, elas sejam submetidas à arbitragem vinculante conforme os procedimentos previstos nos documentos de licitação.	Agradecemos a contribuição. Tal questão não será objeto de alteração na minuta.
232	IGT		Consulta pública	A receita do operador está definida como faturamento bruto (arrecadação total) menos premiação menos 16,7% de tributos. Sobre sua receita, o operador irá pagar ISS, PIS e COFINS. Considerando as restrições decorrentes do alto ônus de outorga e a natureza de start-up da oportunidade, poderia o Poder Concedente modificar a definição de receita bruta do operador nos seguintes termos: Arrecadação total menos premiação menos 16,7% de tributos menos 6,4% de comissão de distribuição? Se o Poder Concedente puder modificar a definição conforme sugerido acima, o operador teria que pagar ISS, PIS e COFINS somente sobre 11,9% da arrecadação total. Por óbvio, os 6,4% devem ser indicados como uma comissão de distribuição mínima que o operador teria que pagar aos distribuidores, com a possibilidade do operador pagar mais de 6,4% mas sem os benefícios fiscais sobre sua receita.	Agradecemos a contribuição. Tal questão não será objeto de alteração na minuta.
233	IGT		Consulta pública	De acordo com as cláusulas indicadas, o Poder Concedente está solicitando que o proponente apresente uma carta, de instituição financeira, atestando a viabilidade e exequibilidade do plano de negócios. Considerando que: (i) esta carta de confirmação que o Poder Concedente está exigindo não é padrão; (ii) esta exigência não foi utilizada em processos recentes de privatização; (iii) este tipo de certificação/carta não é algo que um banco esteja qualificado para opinar sobre (uma matéria não financeira, como a viabilidade e exequibilidade de um plano de negócios); (iv) um banco de investimentos global não poderá fornecer esta carta, dada a ausência de um marco legal para esta emissão, resultando numa incerteza quanto a responsabilidade decorrente da emissão desta carta; sugerimos que o Poder Concedente exclua esta exigência.	Este instrumento é bastante comum e está presente em todos os últimos processos de concessão federais, como aeroportos, rodovias, e demais projetos.
234	Valid		Consulta pública	Valuation do valor inicial de Outorga em 916M BRL, e da necessidade do pagamento upfront e em uma só parcela; outras concessões foram parcelas	Agradecemos a contribuição. O valor da outorga será ajustado nas minutas. Quanto à forma de pagamento, agradecemos a contribuição, mas tal questão não será objeto de alteração nas minutas.
235	Valid		Consulta pública	Exequibilidade do processo ainda este ano, visto que todas as questões que devam ser colocadas no portal até o dia 11/10, serem discutidas, avaliadas e respondidas provavelmente não cumprirão o cronograma	Agradecemos a contribuição. Tal questão será avaliada pelo Poder Concedente.
236	Valid		Consulta pública	O que o BNDES considera para avaliar o índice de Liquidez financeira	Não há exigência de Índice de Liquidez Financeira no Edital.
237	Valid		Consulta pública	Os itens 12.4 e 12.5 do Edital dispõem que somente participarão da etapa de lances verbais as proponentes que apresentarem valores de outorga até 20% menores que a maior oferta, nos termos reproduzidos abaixo da assinatura.	Sim.
238	Valid		Consulta pública	Considerando que há risco de não haver proposta dentro desta margem de 20%, prejudicando a participação de interessados que poderiam cobrir o maior valor ofertado, minha sugestão, para aumentar a competição na fase de lances, é permitir que, mesmo fora da margem de 20%, no mínimo 3 (três) empresas sejam classificadas para fase de lances. Isto garantiria ao menos 3 empresas/consórcios participando da fase de lances.	Agradecemos a contribuição. Esta questão não será objeto de alteração.
239	Valid		Consulta pública	Esta inclusão no Edital seria feita com analogia ao inciso IX do artigo 4º da Lei 10520/02 (Lei do Pregão), que dispõe o seguinte: "não havendo pelo menos 3 (três) ofertas nas condições definidas no inciso anterior, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de 3 (três), oferecer novos lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos."	Agradecemos a contribuição. Esta questão não será objeto de alteração.
240	Valid		Consulta pública	Apresentar metodologia para determinar patrimônio de R\$ 283,488,949.92 e índice de liquidez	Agradecemos a contribuição. Esta questão será objeto de alteração. Não há exigência de Índice de Liquidez Financeira no Edital.
241	Valid		Consulta pública	Qual é a definição de operador em termos de qualificação de operação de loteria de com 100M BRL por mês?	Agradecemos a contribuição. Esta questão será objeto de alteração.

#	Empresa	Item dos documentos de licitação	Etapa do processo	Esclarecimento solicitado	Resposta
242	Valid		Consulta pública	Informar um exemplo de receita extraordinária que o operador poderá antecipar	Há liberdade por parte da Concessionária em idealizar Receitas Extraordinárias. Neste passo, o Contrato determina que a proposta de exploração de Receitas Extraordinárias deverá ser apresentada pela Concessionária ao Poder Concedente, acompanhada de projeto de viabilidade jurídica, técnica e econômico-financeira, bem como da comprovação da compatibilidade da exploração comercial pretendida com as normas legais e regulamentares aplicáveis ao Contrato. Ademais, uma vez aprovada pelo Poder Concedente, a Concessionária deverá manter contabilidade específica de cada contrato gerador das Receitas Extraordinárias, com detalhamento das receitas, custos e resultados líquidos.
243	Valid		Consulta pública	Prêmios não retirados por clientes são do operador?	O concessionário deverá seguir os parâmetros de payout definidos em lei. A questão dos prêmios não pagos e/ou não reclamados será esclarecida no decreto que regulamenta a Loteria Instantânea Exclusiva – LOTEEX, a ser publicado.
244	Valid		Consulta pública	O decreto informa que o operador deve arcar com prejuízo de payouts acima de 65%, porém, payouts abaixo de 65% irão para o governo. Parece que os riscos não estão equilibrados, uma vez que ele é arcado pelo operador e o benefício	Agradecemos a contribuição. Esta questão não será objeto de alteração.
245	Valid		Consulta pública	Não entendemos o raciocínio da bonificação de desempenho conforme contemplado no Contrato. Parece que as medidas de desempenho da concessionária são em grande parte constituídas por requisitos regulamentares e operacionais. Neste contexto, o vínculo de desempenho em garantia de caixa de R \$ 283 milhões não suporta todos os objetivos de desempenho de receita quantificáveis específicos. Se o vínculo for projetado para proteger apenas contra questões de conformidade regulamentar e operacional, seu tamanho parece inconsistente com outros vínculos nos quais fomos parte em jurisdições em todo o mundo. Como um exemplo. A loteria da Carolina do Norte faz US \$ 1,6 bilhão nas vendas, o mesmo que o Brasil na maturidade. O vínculo é de US \$ 15 milhões. Além disso, é costume que as obrigações de desempenho sejam obrigações de garantia para reduzir o custo para o provedor da garantia. Conforme escrito, o vínculo essencialmente acrescenta US \$ 90 milhões ao preço de compra da concessão sem qualquer benefício claro para o governo.	Agradecemos a contribuição. Esta questão será objeto de alteração.
246	Valid		Consulta pública	As perguntas enviadas do Anexo 1 serão respondidas antes do edital?	As repostas aos questionamento da audiência e consulta públicas serão disponibilizados antes da publicação do edital.
247	Valid		Consulta pública	Foi apresentada uma visão de que esta transação pode ser financiada com a dívida. Nossa experiência até agora sugere o contrário. A seção 9.3 do Contrato declara que haverá "colaboração com as entidades financeiras". Forneça mais detalhes sobre isso? Se a dívida não estará disponível, como isso afeta sua visão sobre o perfil de retorno para os investidores?	Apresentação/suporte do Projeto junto a entidades financeiras para auxiliar o operador na obtenção de recursos.
248	Valid		Consulta pública	Por que a garantia de licitação precisa permanecer vigente por um ano, ou mais com extensões, para o licitante perdedor?	Pode acontecer de a adjudicatária vir a descumprir algum requisito prévio à assinatura do Contrato, e, neste caso, as demais licitantes podem ser convocadas para tanto.
249	Valid		Consulta pública	Se o governo violar o acordo, seria inconsistente o mesmo ter o direito de escolher o método de compensação. Por exemplo, se a violação for o resultado de um aumento de impostos na ISS que crie uma perda para o Concessionário, estender o prazo do contrato como "compensação" prejudica a Concessionária. A compensação deve ser pré-estabelecida e monetária. Isso também diz respeito à discussão na audiência pública relacionada aos Estados que desejam ainda ter o direito de iniciar suas próprias loterias	Agradecemos a contribuição. Esta questão não será objeto de alteração.
250	Valid		Consulta pública	Não está claro se o número de PdV no ano 5 será de 65,1 (no texto) ou 67,5 (no gráfico)	Conforme descrito no plano de negócios, considera-se um crescimento da população brasileira ao longo do período de projeção. Para manter o fator de capilaridade constante, o número de PdVs acompanha o crescimento populacional. Desta forma, o número de PdVs irá aumentar ao longo da projeção, por isso a diferença entre o ano 1 e o ano 5.
251	Valid		Consulta pública	Ticket médio: o PIB per capita não seria o melhor indicador, uma vez que loteria instantânea tem público alvo população com poder econômico mais baixo: o PIB per capita é distorcido no Brasil, devido à desigualdade econômica. o PIB per capita: a média não seria a maneira mais correta, deveria ser analisado locais com PIB per capita similar. Mesmo assim, retirando os outliers seria por volta de 0,31% e não 0,34% o 0,34% multiplicado pelo PIB per capita apresentado (aproximadamente R\$ 30 mil) não é R\$ 52,30, e sim, por volta de R\$ 100. Como que chegou a R\$ 52,30? o Se R\$ 52,20 em 12 meses seria R\$ 4,36 – como o ticket médio inicial seria R\$ 3,50? o Como é a mudança do ticket médio nos primeiros 5 anos? o Ajuste de inflação seria por volta de R\$ 5 e não R\$ 10. Como chegou a R\$ 10 na maturidade?	O plano de negócios é referencial e reflete a percepção do consórcio acerca do potencial da operação, mas não guarda qualquer tipo de vínculo. Conforme descrito no plano de negócios, as premissas baseiam-se em comparações com outras operações, validadas por especialistas do setor. A abordagem para estimativa de receitas foi top-down, partindo da população e renda, e refletindo o fator de conversão e pelo período de ramp-up. As variáveis são médias, por isso pequenas divergências quantitativas são possíveis. Finalmente, a evolução do ticket médio reflete a expectativa de aumento de portfólio de preços decorrente do maior desenvolvimento do mercado, e guarda relação com outras operações

#	Empresa	Item dos documentos de licitação	Etapa do processo	Esclarecimento solicitado	Resposta
252	Valid		Consulta pública	Cálculo de conversão parece estar superestimado. 50% de taxa de conversão no ano 1 parece ser muito alto, e ainda mais 60% de taxa de conversão a partir do ano 5 – na maneira que está sendo apresentada, loteria converte pessoas com mais idade (estudo Mc Kinsey)	O plano de negócios é referencial e reflete a percepção do consórcio acerca do potencial da operação, mas não guarda qualquer tipo de vínculo. Conforme descrito no plano de negócios, as premissas baseiam-se em comparações com outras operações, validadas por especialistas do setor.
253	Valid		Consulta pública	4,05% de loteria instantânea contrapõe o estudo da Mc Kinsey, o qual mostra que loteria online deve ser reformulado para voltar a crescer toda a base de consumidores da loteria instantânea	O plano de negócios é referencial e reflete a percepção do consórcio acerca do potencial da operação, mas não guarda qualquer tipo de vínculo. Conforme descrito no plano de negócios, as premissas baseiam-se em comparações com outras operações, validadas por especialistas do setor.
254	Valid		Consulta pública	O market share de 50% de RJ e MG será diretamente no 1º ano? Faria sentido?	O plano de negócios é referencial e reflete a percepção do consórcio acerca do potencial da operação, mas não guarda qualquer tipo de vínculo. Conforme descrito no plano de negócios, as premissas baseiam-se em comparações com outras operações, validadas por especialistas do setor.
255	Valid		Consulta pública	Qual o volume estimado por ano? Qual volume por estado/região?	As premissas do negócio estão definidas nos documentos disponibilizados. Favor consultar o plano de negócios e o extrato de premissas para mais detalhes
256	Valid		Consulta pública	Há possibilidade de mudança de payout durante o período de 25 anos de concessão? E de beneficiários ou outras arrecadações governamentais?	Apenas no caso de alteração legislativa, a saber, Lei Federal n.º 13.155/2015.
257	Valid		Consulta pública	Como o custo de impressão é apresentado anualmente? A redução de R\$ 0,29 para R\$ 0,15 é linear?	O entendimento está correto.
258	Valid		Consulta pública	Como funciona o aumento de custo de 4%? É direto no custo unitário final? Qual a base da premissa que 25% do volume seria devolvido?	O plano de negócios é referencial e reflete a percepção do consórcio acerca do potencial da operação, mas não guarda qualquer tipo de vínculo. Conforme descrito no plano de negócios, as premissas baseiam-se em comparações com outras operações, validadas por especialistas do setor.
259	Valid		Consulta pública	Volume de impressão não está claro. É o mesmo do volume de receita? Mas e os 25% que seriam devolvidos de logística reversa?	O volume de impressão está definido no plano de negócios e no extrato de premissas. As devoluções são consideradas custo da operação, com base em experiências de especialistas.
260	Valid		Consulta pública	Logística está apresentado por kg. Qual seria o peso de cada milheiro de bilhete?	O detalhamento das premissas está definido no plano de negócios.
261	Valid		Consulta pública	Quais são os custos da loteria online?	Custo de desenvolvimento de sistemas e operação da plataforma, além do rateio dos demais custos operacionais, que depende da forma de contabilização adotada pelo operador.
262	Valid		Consulta pública	Custos de repasse/arrecadação?	As premissas do negócio estão definidas nos documentos disponibilizados. Favor consultar o plano de negócios e o extrato de premissas para mais detalhes
263	Valid		Consulta pública	Comissões é 6,15% ou 6,4%? O valor apresentado no DRE é o 1º e no estudo foi mencionado que seria o 2º. Seria sustentável no Brasil uma comissão com esse percentual? Qual é a comissão de outros jogos? (consultor)	Agradecemos a contribuição. A comissão é de 6,4% e será alterada nas premissas.
264	Valid		Consulta pública	Projeções de G&A e Pessoal a partir do ano 3 parecem estar subestimadas – volume, área de venda, receita e custos, além de reinvestimentos necessitam de um número de pessoal maior (consultor)	O plano de negócios é referencial e reflete a percepção do consórcio acerca do potencial da operação, mas não guarda qualquer tipo de vínculo. Conforme descrito no plano de negócios, as premissas baseiam-se em comparações com outras operações, validadas por especialistas do setor.
265	Valid		Consulta pública	Pessoas para desenvolvimento de jogos online/marketing?	O plano de negócios é referencial e reflete a percepção do consórcio acerca do potencial da operação, mas não guarda qualquer tipo de vínculo. O operador possui total flexibilidade para desenhar seu portfólio de produtos, estratégia comercial, entre outros.
266	Valid		Consulta pública	Abertura do Capex para melhor cálculo da depreciação e se faz sentido com o volume que está sendo criado	O plano de negócios é referencial e reflete a percepção do consórcio acerca do potencial da operação, mas não guarda qualquer tipo de vínculo. O CAPEX pode variar e muito dependendo da estratégia do operador (instalação de infraestrutura local de produção de bilhetes, estratégia comercial e de distribuição, entre outros).
267	Valid		Consulta pública	Investimento em sistemas de gestão? Seria terceirizado?	O plano de negócios é referencial e reflete a percepção do consórcio acerca do potencial da operação, mas não guarda qualquer tipo de vínculo. O operador possui total flexibilidade para desenhar seu portfólio de produtos, estratégia comercial, entre outros.
268	Valid		Consulta pública	P&D para desenvolvimento de jogos online	Custos operacionais estão previstos no plano de negócio, mas podem variar dependendo da estratégia do operador. Por isso o plano de negócios é referencial e não-vinculativo
269	Valid		Consulta pública	A premissas da EY é que loteria instantânea online seria constante de 4,05%, uma vez que mercado mais sólidos como França e Itália não apresentam mudança em receita online nos últimos anos.	O plano de negócios é referencial e reflete a percepção do consórcio acerca do potencial da operação, mas não guarda qualquer tipo de vínculo. Conforme descrito no plano de negócios, as premissas baseiam-se em comparações com outras operações, validadas por especialistas do setor.
270	Valid		Consulta pública	Estudo da Mc Kinsey mostra que o crescimento de loteria instantânea tem sido cada vez mais baixos – menos de 50% de conversão e população mais jovem não se sente atraída	O plano de negócios é referencial e reflete a percepção do consórcio acerca do potencial da operação, mas não guarda qualquer tipo de vínculo. O operador possui total flexibilidade para desenhar seu portfólio de produtos, estratégia comercial, entre outros.
271	Valid		Consulta pública	População jovem apresenta apetite por jogos online que tenham interação com outros jogadores e tenham desafio/competição	O plano de negócios é referencial e reflete a percepção do consórcio acerca do potencial da operação, mas não guarda qualquer tipo de vínculo. O operador possui total flexibilidade para desenhar seu portfólio de produtos, estratégia comercial, entre outros.

#	Empresa	Item dos documentos de licitação	Etapa do processo	Esclarecimento solicitado	Resposta
272	Valid		Consulta pública	Mudança de estilo de jogos online para atrair população mais jovem vai demandar alguns gastos em marketing online que não estão apresentados no estudo da EY	O plano de negócios é referencial e reflete a percepção do consórcio acerca do potencial da operação, mas não guarda qualquer tipo de vínculo. O operador possui total flexibilidade para desenhar seu portfólio de produtos, estratégia comercial, entre outros.
273	Intralot	Plano de Negócios, 9. Projeções de resultado do negócio	Consulta pública	Nossos cálculos internos, com base nos dados apresentados, indicam uma TIR que, considerando a taxa fixa de subvenção, não é atrativa para investimentos no setor dos jogos mais vastos, nem para angariar fundos com custos razoáveis. Por favor, especifique a TIR subjacente atingida com base em seus cálculos	O plano de negócios é referencial e reflete a percepção do consórcio acerca do potencial da operação, mas não guarda qualquer tipo de vínculo. Os investidores interessados devem realizar seus próprios planos de negócios, baseados nas suas expectativas e percepções de risco.
274	Intralot	Plano de Negócios	Consulta pública	A Garantia de Execução do Contrato exigida, em um valor de cerca de 284 milhões de reais, irá gerar taxas relacionadas que não parecem ter sido levadas em conta nos cálculos do plano de negócios. Por favor, indique se essas taxas foram incluídas em seus cálculos	Agradecemos a contribuição. Tal questão será objeto de alteração na minuta.
275	Intralot	Plano de Negócios, 5.5. Mercado brasileiro de loteria e loteria instantânea	Consulta pública	Indique, por favor, quando se espera que o Supremo Tribunal delibere, de forma definitiva, sobre as ações ajuizadas pelas Loteria Estaduais questionando sua legitimidade para também explorar loterias.	Agradecemos a contribuição. Tal questão não é objeto da presente consulta pública.
276	Intralot	Plano de Negócios, 9.2 Impostos incidentes sobre a receita operacional bruta	Consulta pública	Por favor, confirme se os únicos impostos aplicáveis aos concessionários nos termos da legislação em vigor são os especificados na seção 9.2, "Impostos incidentes sobre a receita operacional bruta".	No Plano de Negócios de referência foram apresentados os melhores entendimentos sobre os tributos que incidem sobre a receita bruta decorrente da exploração da atividade em questão. Eventuais tributos incidentes em transações específicas não foram considerados. Como exemplo, podemos citar os tributos incidentes na importação de mercadorias ou serviços, em operações financeiras, entre outros. Como regra, dois grupos de tributos incidem nesse tipo de atividade: (i) tributos sobre a Receita Bruta; (ii) tributos sobre o lucro.
277	Intralot	Plano de Negócios, 9.4 Custos Operacionais	Consulta pública	Por favor, indique todos os impostos de importação e consumo aplicáveis aos artigos necessários para o negócio (jogos de loteria instantânea, equipamento, hardware, etc) e que tendem a ser importados. A entidade adjudicante considera introduzir algum incentivo fiscal, isenções e/ou período de carência para esses artigos e produtos?	No Plano de Negócios de referência foi considerada a importação apenas do papel – insumo para a impressão dos bilhetes físicos. Todos os demais itens necessários para a atividade foram considerados e orçados no mercado interno. Os impostos inerentes à aquisição do papel utilizado na impressão dos bilhetes estão relacionados no referido documento. Não foram considerados eventuais benefícios fiscais na operação de importação.
278	Intralot	Plano de Negócios, 8.3 Arrecadação potencial no Brasil (d)	Consulta pública	A suposição de que o cliente que aposta na loteria instantânea do Brasil atingiria 0,34% se baseou na análise de algumas das operações de loteria instantânea mais bem-sucedidas do mundo que também são majoritariamente loterias que comercializavam vários jogos de loteria, se beneficiando assim de oportunidades de venda cruzada, algo evidentemente muito importante para os jogos de loteria instantânea. Esta suposição foi analisada por comparação com uma análise dos gastos per capita em jurisdições adjacentes e/ou uma análise dos gastos per capita em países com características socioeconômicas semelhantes, métodos amplamente aceitos para estimar os gastos dos jogadores no setor de loteria? O fator de risco inerente foi considerado em suas estimativas?	O plano de negócios descreve a metodologia utilizada para estimar o gasto per capita. A estimativa é referencial e reflete a percepção do consórcio acerca do potencial da operação, mas não guarda qualquer tipo de vínculo. Conforme descrito no plano de negócios, as premissas baseiam-se em comparações com outras operações, validadas por especialistas do setor. Os investidores interessados devem realizar seus próprios planos de negócios, baseados nas suas expectativas e percepções de risco.
279	Intralot	Plano de Negócios 8.2 Mercado Potencial de loteria instantânea no Brasil	Consulta pública	Os cálculos da penetração alvo dos pontos de venda permitiriam obter resultados da loteria instantânea exclusiva em um fator de capilaridade de 1214 habitantes por cada ponto de venda, tendo como base a análise de algumas das operações de loteria instantânea mais bem sucedidas do mundo. A rotatividade dos postos de venda, algo evidentemente bastante significativo no desenvolvimento das redes de loteria, foi considerada em seus cálculos? Se sim, qual a taxa de rotatividade se considera aplicar no Brasil?	Sim. Os custos administrativos incluem o custo de troca de PdVs.
280	Intralot	Contrato de concessão, 19 Penalidades	Consulta pública	A entidade adjudicante irá considerar a introdução de um limite de responsabilidade geral e/ou de um limite à aplicação cumulativa de sanções?	As multas já se encontram pré-definidas, por evento. Quanto às multas diárias, o Contrato é claro ao determinar que: 19.5 Relativamente às multas diárias previstas na tabela da subcláusula 19.3, acima, fica desde já estabelecido que o somatório das multas aplicadas não poderá ultrapassar, por evento, o limite de 5% (cinco por cento) da Receita Bruta da Concessionária do ano anterior, ou, então, R\$ 310.000.000,00 (trinta dez milhões de reais), o que for maior.
281	Intralot	Plano de Negócios, seção 9, parágrafo 9.4.b	Consulta pública	Em seu cálculo dos custos de operação em distribuição/logística, parece ter sido incluído somente um custo médio de envio para entregas e devoluções de pacotes de raspadinhas. Foi considerado o custo de outras despesas gerais da cadeia de suprimento, nomeadamente: encomendas preditivas, armazenamento e operações de retirada e embalagem, bastante significantes se considerarmos a magnitude e a diversidade da rede de pontos de venda prevista?	O plano de negócios é referencial e não traz qualquer tipo de vínculo. Entendemos que estas questões derivam da estratégia a ser adotada pelo operador e podem diferir.

#	Empresa	Item dos documentos de licitação	Etapa do processo	Esclarecimento solicitado	Resposta
282	Intralot	Plano de Negócios, 8.3 Arrecadação potencial no Brasil	Consulta pública	Por favor, descreva em pormenor o conceito de jogos de loteria instantânea on-line (iLottery) que foi considerado e indique se existe algo que limite (tipologia, estilo de jogo, temas, emissão/série, etc) a comercialização do produto tal como acontece com os jogos impressos. Cabe referir que as duas loterias de referência usadas para estimar a porcentagem média de representação do canal online estão comercializando vários jogos instantâneos eletrônicos que não estão sujeitos às limitações de seus produtos impressos e, evidentemente, estes tipos de jogos são os que apresentam mais potencial para os canais virtuais	O operador tem total flexibilidade para definir sua estratégia comercial e portfolio de produtos, desde que sejam enquadrados como produtos de loteria instantânea.
283	Intralot	Contrato de concessão, 15.2.3 e 17	Consulta pública	Por favor, indique se foi levada em consideração a possibilidade de os Estados assumirem que a venda de raspadinhas está sujeita ao imposto ICMS e de o aplicarem às operações do concessionário (inclusive mediante substituição tributária). Por favor, esclareça se essa alteração nos impostos aplicáveis estaria em consonância com a seção 15.2.3 do Contrato de Concessão dando origem ao procedimento de recomposição nos termos do artigo 17.	A criação ou modificação de tributos em consonância com as regras de tributação poderão ser objeto de reequilíbrio, nos termos do Contrato de Concessão
284	Intralot	Plano de Negócios, seção 9, parágrafo 9.2	Consulta pública	Por favor, precise se, em seus cálculos do custo dos impostos, foi considerada a carga tributária incidente sobre pagamentos a serem feitos a vendedores de loteria pessoas físicas	Os custos para o operador já incluem eventuais impostos / retenções necessárias.
285	Intralot	Contrato de Concessão 19.3	Consulta pública	A penalidade prevista no Contrato de Concessão para a hipótese de "Comercializar, intermediar, distribuir e divulgar quaisquer outros jogos que não a LOTEX" é aplicável apenas caso tais condutas sejam praticadas pela Concessionária e não por seus sócios /acionistas. Esse entendimento está correto?	Sim, o entendimento está correto.